

Quem disse ?

«"Holding", por si só, não salva a RTP»

Arons de Carvalho
Visão, 16 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1057 23 MARÇO 2000 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Números do Governo confirmam-se

Economia portuguesa em expansão

A retoma do crescimento económico prosseguiu até ao final de Fevereiro, com o indicador de clima económico a crescer 4,7 por cento em termos homólogos, o maior acréscimo desde meados de 1998. De acordo com a síntese económica mensal de Fevereiro do Instituto Nacional de Estatística (INE), este desempenho deveu-se à evolução favorável da produção industrial, do investimento, do consumo de bens duradouros e das exportações. O INE prevê que a taxa de desemprego em Portugal, corrigida de variações sazonais, possa continuar a descer no primeiro semestre de 2000.

O INE sublinha que a economia da União Europeia teve uma forte aceleração no segundo semestre, beneficiando das recuperações do consumo privado e da forte aceleração das exportações, com a indústria a acompanhar a retoma da procura mundial de bens. O indicador da actividade económica, que reflecte as opiniões dos empresários portugueses da indústria transformadora, comércio e construção dos industriais da União Europeia, também acelerou. As opiniões dos industriais portugueses sobre a procura externa sugere uma aceleração das exportações portuguesas no início de 2000.

Por sua vez, o ministro das Finanças e da Economia assegurou que o Governo vai manter todas as previsões de crescimento da economia portuguesa, na ordem dos 3,3 por cento. Pina Moura reafirmou assim as previsões do cenário macroeconómico com base no qual foi aprovado o Orçamento de Estado de 2000. O membro do Governo salientou que, nos últimos meses, os serviços da Comissão Europeia têm feito sucessivas revisões em alta das previsões de crescimento para 2000. «A conjuntura da economia europeia de Outubro e Novembro é completamente diferente da actual, confirmando-se uma retoma muito grande de crescimento nos países economicamente mais fortes da União Europeia», justificou o titular da pasta das Finanças e da Economia.

Presidente da República apela ao espírito de iniciativa

Sampaio nos concelhos do Oeste Grande apoio popular



O Presidente da República demonstrou a sua elevada popularidade, durante a visita que efectuou durante vários dias a concelhos da região Oeste do País. Emoção e carinho dominaram sempre as recepções ao chefe de Estado, numa iniciativa em que o próprio Jorge Sampaio fez questão de demarcar-se de qualquer acto de pré-campanha eleitoral. Na região Oeste, o Presidente da República procurou sobretudo ouvir os portugueses, os seus problemas, as suas aspirações, fomentando-lhes o espírito de iniciativa e o optimismo em relação ao futuro. Depois da grande recepção de que foi alvo em Sobral de Monte Agraço, Sampaio desabafou que são momentos como esse que o levam a acreditar que fez bem em optar pela actividade política.

União Europeia

Juventude, Leonardo da Vinci II e Sócrates II Mobilizar dois milhões de europeus



O alargamento a novos tipos de beneficiários é a estratégia que perpassa a segunda fase dos programas europeus Sócrates e Leonardo da Vinci, bem como o Programa Juventude. Trata-se de uma aposta tripartida que pretende atingir, na perspectiva da mobilidade, dois milhões de cidadãos residentes na «Europa da União».

União Europeia

Cimeira de Lisboa da União Europeia Um salto qualitativo na política social



Para o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, António Reis, a cimeira de Lisboa «poderá marcar um salto qualitativo na política social da União Europeia». As afirmações do dirigente socialista foram proferidas segunda-feira, após uma representação do PS ter sido recebida em São Bento pelo primeiro-ministro.



O PS e as eleições presidenciais

A questão das eleições para a Presidência da República está a agitar os partidos de direita, que ainda não encontraram qualquer candidato credível para opor ao prestígio e à elevada popularidade do actual chefe de Estado.

Desde cedo, o ex-primeiro-ministro Cavaco Silva enviou o recado ao líder do PSD de que não estava disponível para uma segunda derrota diante do actual Presidente da República. Aliás, reconheça-se que a coragem nunca foi o forte de Cavaco Silva.

Depois, Freitas do Amaral, apoiado pelo PP, colocou uma série de condições ao PSD para se disponibilizar para entrar na corrida presidencial, mas o líder do PSD, sentindo estar a ir a reboque de um partido com apenas dez por cento dos eleitores, recusou. Recusou o ex-presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas e ficou sem candidato credível. Seguiu-se então o triste espectáculo público (que persiste até hoje) de vários prestigiados militantes do maior partido da oposição verem os seus nomes queimados na praça pública. Basta recordar o que sucedeu a Mota Amaral, a Vieira de Carvalho ou a Eurico de Melo. E o último nome desta história é o de Ferreira do Amaral, lançado na segunda-feira pela direcção política de Durão Barroso, mas não confirmado na terça-feira por Durão Barroso. Ridículo.

De resto, a relação que o PSD tem com a questão das eleições para a Presidência da República é o melhor reflexo da desorientação, da desorganização e da ausência de credibilidade deste partido.

A imagem contrária tem dado o PS. Os socialistas têm o seu candidato natural à Presidência da República e, por isso, aguardam com naturalidade que os partidos de direita encontrem (ou não) um outro nome.

Como confirmou uma vez mais ao longo da presente semana, em visita pelos concelhos da região do Oeste, Jorge Sampaio tem sido a imagem de um Presidente da República isento, moderador de conflitos e que une os portugueses de Norte a Sul do País.

Reflexo claro do excelente primeiro mandato de Jorge Sampaio na Presidência da República – e prova de que os portugueses confiam no chefe de Estado – são as elevadíssimas quotas de popularidade por si registadas em todos os estudos de opinião. Apesar de o PSD e o PP procurarem encontrar um adversário para Jorge Sampaio, todas as personalidades da direita política têm medo de ir à luta. E têm medo de ir à luta porque sentem que mesmo os eleitores tradicionais do PSD e do PP apreciam a acção de Sampaio neste seu primeiro mandato. Sabe, que ele é realmente o Presidente de todos os portugueses.



SITUAÇÃO NO ENSINO É MUITO GRAVE

O «Acção Socialista» de 25 de Março de 1982 dava grande destaque a uma conferência de Imprensa da JS, por ocasião do Dia do Estudante, em que aquela estrutura juvenil do PS fazia uma análise bastante crítica da política educativa do Governo da AD.

O Secretariado Nacional da JS sublinhava que «a situação actual do ensino é, de novo, extremamente grave», acrescentando que o então ministro da Educação, Vítor Crespo, abusava da «paciência dos estudantes».

«É inaceitável continuar a deixar o futuro da juventude nas mãos de um ministro que despreza os estudantes, que lhes cria as maiores dificuldades», afirmavam os jovens socialistas.

«O Governo (AD) ataca a democracia nas escolas, a autonomia das Universidades, os métodos pedagógicos modernos, as associações de estudantes», acusavam ainda os jovens socialistas, então liderados pela camarada Margarida Marques.

J. C. C. B.

25 de Março

Quem disse?

«Desejamos um Parlamento vivo, reflexo da vida real, interventor na nossa sociedade»

Jorge Sampaio



Cinema

Portugal convidado especial do «Eurocine 2000»

Portugal é o convidado especial do festival de cinema europeu «Eurocine 2000» que se iniciou, no dia 16, em várias cidades da Colômbia.

O festival, que já vai na sexta edição, exhibirá, durante os 35 dias, 20 filmes de 11 países europeus. Portugal, que preside à União Europeia, exhibe os filmes «Fintando o Destino», de Fernando Vendrell, e «Le Bassin de JW» (título no original), de João César Monteiro. (JW significa John Wayne). A Espanha exhibe os filmes «La niña de tus ojos», de Fernando Trueba, «Solas», de Benito Zambrano, e «La Canción de Carla», de Ken Loach, uma co-produção entre o Reino Unido e a Espanha.

A película mais esperada é, no entanto, «Juha», do realizador finlandês Aki Kaurismäki. O filme é mudo e rodado a branco e preto, com uma excelente banda sonora, segundo a agência EFE.

O director do certame, Rito Alberto Torres, disse haver uma «grande aceitação» do público em relação ao festival, pois, sublinhou, «podem-se ver novas manifestações de cinema e não só o cinema «gringo» a que se está habituado».



A ideia de celebrar este festival, ao qual no ano passado assistiram 60 mil espectadores, partiu das representações diplomáticas europeias e conseguiu o apoio das salas de cinema de Bogotá e Medellín.

A amostra do cinema europeu, que aborda principalmente temas sociais, está a ser exibida não só em Bogotá, mas também em Medellín, Cali, Barranquilla, Pereira e Popayán.

Açores

Feira da Ciência e Tecnologia a bordo de ferry

O Governo Regional dos Açores anunciou, no dia 16, a realização, a bordo do ferry «Golfinho Azul», barco que liga as ilhas no Verão, da terceira edição da Feira de Ciência e Tecnologia.

Segundo o Executivo açoreano, que se reuniu na passada quinta-feira em Conselho de Governo, em Ponta Delgada, a decisão justifica-se pela necessidade de levar o certame, que decorre entre 1 e 11 de Maio, a todas as ilhas do arquipélago.

O Governo Regional anunciou também a aprovação de uma resolução que autoriza a participação da região no capital social da CINAÇOR - Sociedade de Teatro e Cinema Açores, SA, e estabelece as linhas orientadoras do protocolo a celebrar com os accionistas, para a constituição, a partir da cisão/dissolução daquela sociedade, de outra com capitais maioritariamente públicos.

Essa nova sociedade ficará com a titularidade e a exploração do edifício do Teatro Micaelense, com vista à sua adaptação a Centro Cultural e de Congressos.

O executivo regional aprovou também uma resolução que visa atribuir um apoio financeiro de 300 mil contos (1,5 milhões de euros), dos quais 60 mil (300 mil euros) a fundo perdido, à sociedade Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores, SA destinados à ampliação e



remodelação do Hotel Faial, cujas obras estão orçadas em cerca de 670 mil contos (3,3 milhões de euros).

O governo açoreano autorizou ainda a cedência, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal de Ponta Delgada de 21 lotes de terreno, na freguesia da Fajã de Baixo para a construção de habitações sociais. Por último, o Conselho de Governo aprovou uma proposta de decreto legislativo regional que visa criar a reserva florestal de recreio do Pinhal da Paz, na ilha de São Miguel.

Apreensão de seis quilos de cocaína no aeroporto

Um comunicado do Ministério das Finanças do dia 16 refere que a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo apreendeu 6,285 kg de cocaína, transportados por dois passageiros-trafficantes e

nacionalidade espanhola, procedentes de Caracas, Venezuela.

Esta apreensão resultou uma vez mais do apertado controlo quotidiano exercido pela Direcção-Geral nos aeroportos nacionais.

GRANDE APOIO POPULAR A SAMPAIO NOS CONCELHOS DO OESTE

O Presidente da República demonstrou a sua elevada popularidade, durante a visita que efectuou durante vários dias a concelhos da região Oeste do País. Emoção e carinho dominaram sempre as recepções ao chefe de Estado, numa iniciativa em que o próprio Jorge Sampaio fez questão de demarcar-se de qualquer acto de pré-campanha eleitoral. Na região Oeste, o Presidente da República procurou sobretudo ouvir os portugueses, os seus problemas, as suas aspirações, fomentando-lhes o espírito de iniciativa e o optimismo em relação ao futuro. Depois da grande recepção de que foi alvo em Sobral de Monte Agraço, Sampaio desabafou que são momentos como esse que o levam a acreditar que fez bem em optar pela actividade política.

Um dos momentos mais marcantes do périplo do Presidente da República aconteceu no município de Sobral de Monte Agraço, domingo passado. Emoção e humor caracterizaram a intervenção sobre «coisas sérias» do chefe de Estado neste concelho do distrito de Lisboa. Com voz por vezes embargada, Jorge Sampaio agradeceu o apoio e o afecto transmitidos pelas centenas de pessoas que, pela primeira vez, viam o chefe de Estado no concelho. Depois de lembrar que como advogado de profissão não precisava da política, o Presidente da República confidenciou o seguinte à população: «se há momentos em que vale a pena a opção por esta actividade é o deste dia». Jorge Sampaio exprimiu a seguir a sua «impressão» por um concelho que dista apenas três dezenas de quilómetros de Lisboa e só agora ser visitado pelo Presidente da República. A referência à importância do papel de «serviço público» dos responsáveis políticos, assumindo «cada um a sua quota parte de responsabilidades para ajudar Portugal», foi outro dos momentos em que Jorge Sampaio deixou transparecer os seus sentimentos.

Na presença de vários deputados, o chefe de Estado referiu-se com humor à importância das mulheres na actividade política. «Meus caros concidadãos não tem perigo nenhum. Podem estar sossegados». Depois, a entrega por parte do presidente da Câmara de uma taça verde ao chefe de Estado ainda prolongou a sua boa disposição. «Já estava feita antes de ontem» (quando o Sporting, clube de Jorge Sampaio, venceu o Futebol Clube do Porto). No final da visita a Sobral Monte Agraço, o Presidente da República descerrou a placa toponímica que atribui o nome de Egídio



Ribeiro (o recém-falecido presidente da Assembleia Municipal) a uma rua da vila e as placas da inauguração da Associação de Reformados do concelho, da Estação Central de Camionagem e da estação de Tratamento de Águas Residuais de Sobral Monte Agraço. Seguiu-se a visita à Casa Quinta do Salvador do Mundo, dedicada ao turismo de habitação e recentemente recuperada.

Associativismo e voluntariado elogiados

Já na etapa seguinte da sua visita pelos municípios do Oeste, em Torres Vedras, o Presidente da República aproveitou para elogiar o associativismo e o voluntariado dos que «todos os dias se dedicam ao trabalho a favor dos outros». Estas declarações foram proferidas na sessão comemorativa dos 75 anos da Associação de Educação Cívica de Torres Vedras, durante a qual se referiu à «pujança» que esta entidade representa a nível nacional. O Presidente da República discursou perante uma plateia com mais de 1500 pessoas, frisando que as cidades «podem ter magníficos edifícios, mas há sempre algo de insubstituível que são as pessoas». A Associação de Educação Física de Torres Vedras é a maior do município, com cerca de dez mil sócios e dois mil praticantes. O presidente da associação, Carlos Miguel, apresentou os projectos futuros como a conclusão das piscinas, obra orçada em 400 mil contos. Na associação praticam-se as modalidades de ginástica, hóquei em patins, basquetebol, karaté e natação, funcionando também há mais de vinte anos

uma escola de música. O presidente da associação salientou ainda os antigos dirigentes e o «apoio desinteressado da Câmara Municipal».

Outro dos momentos importantes do périplo de Jorge Sampaio aconteceu igualmente no sábado. No município do Bombarral. O Presidente da República lembrou que a resolução do caso das portagens do Oeste constituiu um exemplo de que a adopção de atitudes construtivas entre adversários permite resolver os problemas do desenvolvimento. «Tivemos um trabalho persistente num momento difícil» e «de grande tensão», recordou o chefe de Estado.

Presidente moderador de conflitos

Falando de improviso e em tom pausado na sessão solene na Câmara Municipal do Bombarral, no seu segundo dia de Presidência Aberta por terras do Oeste, Jorge Sampaio estendeu depois a todo o território nacional a forma «discreta» de solucionar questões. «Com 800 anos de história, temos a obrigação de nos respeitar e de resolver os problemas que temos diante de nós. Em cada momento, em que as democracias aparecem com problemas bloqueados, é preciso tentarmos dentro da legalidade pôr as pessoas a conversar entre si e encontrar soluções aceitáveis», enfatizou Jorge Sampaio.

O Presidente da República, que jantou no sábado com todos os presidentes das autarquias da região do Oeste e os ouviu falar dos projectos e dos problemas locais, frisou também a importância de se

«descobrir agora quais os projectos indispensáveis para os próximos anos», independentemente do volume dos apoios do Estado ou no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. O chefe de Estado descerrou depois uma placa alusiva ao falecido agricultor Júlio Sebastião.

Também no sábado, no concelho do Cadaval, o Presidente da República manifestou-se «contra todos os fundamentalismos» no regime democrático, «incluindo os de natureza ambiental». Na sua intervenção na sessão de solene de inauguração do edifício dos Paços do Concelho, o chefe de Estado apelou à solidariedade entre os portugueses e as várias regiões do país, deixando um conselho de como se deve raciocinar nesta fase de desenvolvimento do país: «Tenho vantagens mas também tenho de suportar (em benefício do todo nacional) algumas desvantagens» na zona de residência. Jorge Sampaio realçou ainda que, para além dos direitos, «há também responsabilidades» a assumir por todos num «país que é uno» e ao qual todos os portugueses pertencem. «Estou cheio, completamente cheio de demagogias», declarou o Presidente da República, dizendo depois que «há uma enorme diferença» entre «fazer um grande discurso» e «fazer obra» para benefício da comunidade. No caso da protecção ambiental e do tratamento dos resíduos sólidos. Jorge Sampaio deixou algumas interrogações: «onde é que se armazenam os lixos? Onde se colocam as incineradoras? É preciso desenvolver com preocupações ambientais», mas «sem fundamentalismos», acrescentou o chefe de Estado.

GOVERNO TOMA MEDIDAS PARA COMBATER FALTA DE ÁGUA

António Guterres afirmou-se seriamente preocupado com as consequências da prolongada seca para a agricultura portuguesa. Em Beja, o primeiro-ministro lembrou o conjunto de medidas já assumidas pelo seu Executivo para combater os efeitos da falta de água e minorar os prejuízos já causados. Mas o secretário-geral do PS falou também numa estratégia de médio e longo prazo para atenuar os prejuízos das cíclicas secas que afectam o País, destacando o importância da construção da barragem do Alqueva. Segunda-feira, em Bruxelas, o ministro da Agricultura pediu à Comissão Europeia para que Bruxelas conserve os apoios aos cereais, mesmo que estes produtos não venham a ser comercializados devido ao mau ano agrícola.

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou domingo, em Beja, que o Governo vai adoptar medidas para fazer face à seca que assola várias regiões do país. Falando durante uma visita à Ovíbeja, na qual inaugurou o novo pavilhão multiusos do parque de exposições daquele certame, orçado em 700 mil contos, António Guterres manifestou-se muito preocupado com as consequências da seca. Numa feira dedicada às actividades agrícolas, que decorre até ao dia 26, a seca foi o assunto em destaque, tendo o chefe do Governo revelado estar «muito preocupado» com a situação. «O Governo está a acompanhar a situação com todo o interesse. Há agora o anúncio de que poderá chover (hoje) e, se tal acontecer, em quantidade suficiente, uma parte das searas poderão recuperar e as pastagens sairão beneficiadas», disse.

No entanto, como admitiu o primeiro-ministro, se as previsões meteorológicas não acertarem, a situação «será verdadeiramente preocupante», pois, acrescentou, a «seca já é uma realidade e poderá agravar-se». Asseverou que, nesse caso, «será adoptado um conjunto de medidas. Vamos propor medidas às associações para acção a nível nacional e vamos tentar obter o acordo de Bruxelas para um conjunto de medidas de excepção», reforçando um anúncio feito sábado em Beja pelo ministro da Agricultura, Capoulas Santos. Durante a sua visita à Ovíbeja, o primeiro-ministro procurou também incentivar os agricultores da região a apostar no regadio, já que, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, o mesmo vai ser aumentado em 70 mil hectares, dos quais 30 mil no Alentejo, graças ao Alqueva. «Temos de diminuir, na medida do possível, a



dependência da agricultura alentejana das searas de sequeiro», observou o chefe do Governo. Quanto à barragem do Alqueva, que vai possibilitar irrigar 110 mil hectares no Alentejo, António Guterres disse ser «essencial» para minimizar os efeitos da seca que «ocorre ciclicamente» na região. «A seca não ocorre em Portugal e no Alentejo esporadicamente. Pode ocorrer vários anos seguidos e é necessário ter grandes reservas de água para lhe poder dar resposta», declarou o primeiro-ministro, explicando que o Alqueva «é a única reserva de água de dimensão significativa para carregar todo o sistema e alimentar as águas subterrâneas».

Criação do seguro pecuário

Ainda em relação às preocupações dos agricultores, mais agravadas com o período de seca, o primeiro-ministro anunciou que o Governo vai criar um seguro pecuário, à semelhança do que já acontece para as colheitas. «Há um conjunto de situações em que não há cobertura de indemnizações, como é o caso de acidente, rejeição no matadouro à última hora e morte súbita dos animais», explicou António Guterres, revelando que

estas vão passar a ser cobertas pelo seguro pecuário que, depois de avaliado, será estendido ao resto do território nacional». À margem da seca, a visita do primeiro-ministro teve como principal objectivo inaugurar o Pavilhão Multiusos do Parque de Feiras e Exposição de Beja, tendo António Guterres classificado a nova estrutura classificado a nova estrutura como «bem merecida para a região». Segunda-feira, em Bruxelas, o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, pediu à Comissão Europeia para que não deixe de pagar a totalidade das ajudas comunitárias às culturas nacionais afectadas pela seca, cuja produtividade será inferior ao habitual. O pedido foi informalmente transmitido ao comissário responsável pelo pelouro da Agricultura, Franz Fischler. O ministro da Agricultura solicitou à União Europeia dois tipos de medidas: que pague as ajudas públicas anuais públicas anuais aos produtores de cereais (ajuda por quilograma), cofinanciadas em 65 por cento pelo orçamento comunitário e que em Portugal rondam os cinco milhões de contos, ainda que eles não vendam todas ou parte das suas produções. O regulamento desta ajuda prevê que só seja dada quando há comercialização do

produto.

O Governo pretende ainda que as autoridades agrícolas europeias autorizem que o gado das regiões afectadas (Trás-os-Montes, Beira Interior e, sobretudo, Alentejo) possa pastar nas searas cujas produções não vinguem por causa da seca sem inviabilizar a ajuda europeia dos cereais. No plano interno, Portugal tenciona alargar a superfície máxima garantida (com direito a subsídio comunitário) de girassol de 35 para 50 por cento, com possibilidade de as áreas suplementares virem a ocupar terrenos previamente destinados ao arroz.

Medidas solicitadas a Bruxelas

O pacote de medidas destinado a minorar os efeitos de pelo menos quatro meses de falta de água compreende igualmente subsídios para os agricultores que não tenham condições de dar de beber aos animais, além de derrogações aos prazos previstos no regulamento dos pousios, que serão alargados. «Mesmo que chova nos próximos dias, existe já uma situação muito difícil para as culturas de Outono e de Inverno, sobretudo no caso dos cereais, já que mais de 50 por cento estão perdidos», referiu o ministro Capoulas Santos.

Ainda de acordo com o ministro da Agricultura, seis municípios alentejanos não vão praticamente produzir cereais e, por isso, também não se desenvolverão as pastagens. «Aqui já estamos a utilizar as reservas para o Inverno», referiu ainda o membro do Governo. Se não chover nos próximos dias, Portugal também terá dificuldades com as culturas da Primavera, como o arroz, que precisa de muita água como cultura de regadio que é. Nesse caso, o ano agrícola seria igualmente muito difícil para a vinha e os frutos, com estes últimos a terem dificuldade de atingir o calibre mínimo. Ao desabrocharem mais cedo que o previsto devido ao sol persistente, as plantas de regadio ficam à mercê de fenómenos naturais como geadas. No entanto, «se chover nos próximos dias, salva-se 60 a 70 por cento da produção», indicou o ministro da Agricultura, para que ainda é prematuro nesta fase apelar à União Europeia para que conceda dinheiro novo à agricultura portuguesa em crise por causa da seca. Sábado, durante a sessão de abertura da Ovíbeja, o titular da pasta da Agricultura também se insurgiu contra o tipo de discurso miserabilista. «Recuso o discurso miserabilista de que no sector tudo é uma desgraça», afirmou, dizendo-se atento ao problema da seca. «É preciso criar as condições para que os efeitos desta e de outras secas futuras sejam minimizados e adoptar medidas de emergência quando a situação a cada momento o impõe», acrescentou Capoulas Santos.

DESTAQUE – CM

Passaportes

NOVA FILOSOFIA DE CONCESSÃO/EMIÇÃO

O Executivo socialista aprovou, na passada quinta-feira, dia 16, durante a reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa, um decreto-lei que estabelece o novo regime legal da concessão e emissão dos passaportes. Este diploma define um regime de concessão/emissão das diferentes categorias dos passaportes, ganhando realce a adopção das medidas de segurança, por forma a inviabilizar a alteração e contrafacção daqueles documentos e garantir uma maior eficiência e eficácia no controlo de fronteiras, permitindo a sua leitura óptica. Relativamente ao regime anterior o diploma

apresenta três inovações principais: consagra a natureza do passaporte como documento individual, acabando com os modelos familiares e com o certificado colectivo de identidade e viagem; estabelece uma nova filosofia de concessão/emissão de passaportes para menores, consagrando, igualmente, a sua natureza como documento individual, restringindo-se o período de validade, por forma a haver uma correspondência com a fotografia do menor titular; e determina que não sejam produzidos averbamentos posteriores à emissão do passaporte, garantindo-se, deste modo, a autenticidade e inviolabilidade do documento.

DESTAQUE – CM

TGV

CONDIÇÕES DE INTEROPERABILIDADE

O Conselho de Ministros deu luz verde, no dia 16, em Lisboa, a um diploma que estabelece as condições a satisfazer para a realização no território nacional da interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade.

A exploração comercial dos comboios de alta velocidade (TGV) pressupõe a existência de coerência entre as características das infra-estruturas e as do material circulante nos diversos Estados-membros da União Europeia (UE), porque dessa coerência dependem o nível de desempenho, a segurança, a qualidade dos serviços e o respectivo custo, e é nela que

assenta a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade. Este decreto-lei estabelece a função e as características das especificações técnicas de interoperabilidade (ETI), de que os subsistemas do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade devem ser objecto, a fim de serem satisfeitos os respectivos requisitos essenciais e de se estabelecerem entre aqueles subsistemas as necessárias relações funcionais.

O diploma fixa, além disso, as condições de utilização dos componentes de interoperabilidade e a sua conformidade com os requisitos essenciais da UE.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 16 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- O Programa Integrado da Cooperação Portuguesa para o ano 2000, num montante de 66,5 milhões de contos (sem incluir nesta cifra eventuais operações de alívio da dívida de terceiros países);
- O Programa Indicativo de Apoio à Transição de Timor-Leste 2000-2002, o qual prevê um montante global de 15 milhões de contos para o ano em curso;
- Uma resolução que fixa as quantidades de acções a alienar na segunda fase do processo de privatização da GALP – Petróleos e Gás de Portugal, SA.;
- Um decreto-lei que fixa o novo regime legal da concessão e emissão dos passaportes;
- Um decreto-lei que consagra o regime legal que regulamenta a Base de Dados de Emissão dos Passaportes – BADEP;
- Um decreto-lei que estabelece as condições a satisfazer para a realização no território nacional da interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade;
- Uma resolução que prevê os aditamentos ao contrato de investimento celebrado entre o Estado Português e a Friedrich Grohe Portugal, Componentes Sanitários, Lda, bem como os aditamentos aos anexos constitutivos do referido contrato;
- Um decreto-lei que altera a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a protecção da maternidade e paternidade e procede à sua republicação rectificativa;
- Um decreto-lei que estabelece as condições em que pode ser efectuado com segurança, a instalação, funcionamento, reparação e alteração de equipamentos sob pressão;
- Um decreto-lei que define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade;
- Um diploma que altera o decreto regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, estabelecendo as medidas nacionais dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacional.

CARTAZ

25 ABRIL
25 ANOS



300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché

500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na moeda indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vale Correio No valor de 750\$00

Inclui custo de envio

Nome _____
Morada _____
Cód. Postal _____
Telefone _____
Assinatura _____
Assinatura _____

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:
Acção Socialista, Avenida das Descobertas 17, 1400 Lisboa

Se desejar, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, considerou, no dia 18, em Vila do Conde, que o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) «é um sucesso para Portugal e para o Norte».



Comentando desta forma as recentes declarações de Elisa Ferreira nas quais acusou os portugueses de reivindicar sempre mais, o governante frisou que «o PS pode orgulhar-se de ter conseguido uma negociação extremamente positiva e em que ninguém acreditava».

O governante, que presidiu sábado à Convenção Autárquica do PS de Vila do Conde explicou que «os números que estão neste momento disponíveis ao nível do que é possível regionalizar, e somando o Fundo de Coesão, faz com que este QCA, integralmente negociado pelos socialistas, seja um orgulho».

«Também é evidente que na área metropolitana do Porto tenha havido muitas vezes uma reivindicação natural mas excessiva», admitiu Fernando Gomes, para quem a ministra Elisa Ferreira, «não está a referir-se particularmente a ninguém, mas àquele que tem sido o tradicional posicionamento de reivindicar sempre mais».

Relativamente à semelhante posição do presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes explicou que «toda a gente perceberá que um presidente da Câmara que está há muito pouco tempo no poder tenha necessidade de fazer sentir as preocupações dos seus municípios e das suas associações».

O ministro aproveitou para enfatizar a posição da Associação Municipal do Porto e da Associação Empresarial de Portugal relativamente aos meios disponibilizados, pelo que «a posição de Nuno Cardoso não faz mais do que procurar reflectir um sentimento das principais organizações e instituições do concelho».

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, deu um passo significativo para a despoluição do troço terminal do Rio Douro, no dia 17, no Porto, com o lançamento da primeira pedra da nova

ETAR de Sobreiras. A Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) faz parte de um conjunto de estruturas tendo em vista eliminar os fortes e não controlados focos de poluição ainda existentes naquele rio.



A cidade portuense, apesar da sua dimensão, não tem uma única ETAR em funcionamento, estando em construção a estação do Freixo, a montante. A ETAR de Sobreiras irá servir, quando em funcionamento, as freguesias centrais do Porto, com uma população estimada em 200 mil pessoas.

Tomando em conta que o rio não tem uma só margem, José Sócrates vai lançar brevemente uma outra ETAR, desta feita em Gaia, na Madalena, com o objectivo de resolver também os problemas de saneamento existentes naquele concelho.

Durante a sua visita ao Porto, e considerando que este tipo de estruturas não funciona de forma isolada, o ministro do Ambiente anunciou a criação do Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Grande Porto.

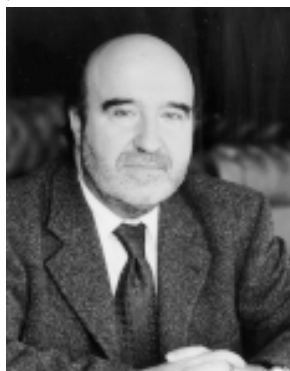
ENSINO SUPERIOR

O secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, afirmou, no dia 15, em Leiria, que o Governo está a ser pressionado na Assembleia da República para reduzir a autonomia das universidades e institutos politécnicos.

Durante o primeiro congresso do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), José Reis disse que essas pressões se devem a «problemas administrativos nalgumas instituições de ensino». Desta forma, o secretário de Estado referiu que o anteprojecto de lei de organização e ordenamento do ensino superior, que está a ser discutido no Parlamento, trata «do que está a montante da autonomia».

O presidente do IPL, Luciano de Almeida, defendeu mais autonomia na elaboração de programas curriculares, criação de cursos e atribuição de graus académicos para os institutos politécnicos que cumpriram determinados objectivos. O responsável sublinhou que o Governo deve estabelecer critérios rigorosos para todas as instituições de ensino superior.

Quem cumprir esses requisitos, poderá exercer os graus de autonomia previstos pela lei.



Respondendo a este pedido do presidente do IPL, o secretário de Estado explicou que a lei de organização pode ser vista «como um passo essencial para o desenvolvimento das instituições», estabelecendo uma organização institucional, um conceito de rede e requisitos gerais de qualidade.

Argumentando que a autonomia das universidades não pode ser alterada porque está consagrada na Constituição, José Reis afirmou que a proposta do Executivo socialista «não atende interesses particulares, mas gerais». No seu entender, «o País revela necessidades sérias de desenvolvimento que só podem ser satisfeitas pelo ensino politécnico», não aceitando a extinção deste modelo.

Portugal tem «uma cobertura de ensino superior suficientemente densa, pelo que a prioridade deve ser valorizar e requalificar essa diversidade», disse.

JUSTIÇA

O novo edifício do Tribunal Judicial de Famalicão vai estar concluído dentro de três anos, assegurou na passada sexta-feira, dia 17, em Vila Nova de Famalicão, Eduardo Cabrita, secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça.

Eduardo Cabrita, que falava aos jornalistas durante uma visita de trabalho à comarca de Famalicão para avaliar os equipamentos judiciais locais, referiu que a situação «em que o tribunal se encontra actualmente é transitória».

O actual Tribunal de Famalicão, que alberga dois juízos criminais e quatro cíveis, está a sofrer obras de remodelação e adaptação, sendo alvo de críticas por ser demasiado pequeno para o movimento processual que acarreta.

«Temos consciência de que a situação em que se encontra o tribunal carece de uma intervenção rápida e prioritária devido ao volume processual, ao qual é importante dar resposta através de uma estrutura física adequada», acrescentou Eduardo Cabrita.

O novo edifício, cujas obras vão arrancar nos primeiros meses de 2001, vai ficar

situado a norte do Parque de Sinções e está orçado num milhão de contos (cinco milhões de euros).

Eduardo Cabrita admitiu ser necessária, entretanto, a adopção de «mecanismos excepcionais», dado o projecto do novo tribunal se encontrar ainda em concurso de lançamento de ideias.

O recurso a instalações provisórias para um quinto juízo criminal, a criar em Setembro, num imóvel arrendado, e obras de remodelação no actual edifício, foram alguns dos «mecanismos excepcionais» anunciados pelo governante.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O secretário de Estado do Ordenamento do Território, Pedro Pereira, garantiu, no dia 17, no Parlamento, que o Governo está a tomar medidas para preservar o Parque Natural Sintra-Cascais, responsabilizando a administração laranja pelos erros urbanísticos já permitidos.

Pedro Pereira - que compareceu na Assembleia da República a solicitação dos Verdes - afirmou que o Executivo fez «em quatro meses o que não se fez durante muito tempo», promovendo a revisão do plano de ordenamento, inspeccionando a gestão do parque na última década e suspendendo todos os novos projectos de construção.

Em relação a um projecto turístico previsto para a zona da praia do Abano, «se está a ser construído, foi o plano de ordenamento de 94 que o permitiu», disse o governante que acha que a classificação da zona como turística e de recreio «é um erro». Contudo, como há direitos adquiridos de construção, inviabilizar o Abano seria «uma irresponsabilidade política», afirmou Pedro Pereira, garantindo que o Governo não se resigna com a invocação de direitos adquiridos.

PLANEAMENTO



A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, considerou na passada sexta-feira, que «o Norte e, em particular a área Metropolitana do Porto perdem muito se continuarem a procurar razões para um eventual insucesso da sua estratégia de desenvolvimento».

PELO PAÍS

Governança Aberta

Referindo que as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio sextuplicaram relativamente ao anterior QCA, Elisa Ferreira sublinhou que «enquanto o País vai crescer em termos de investimento público (PIDDAC) 13,3 por cento, o Norte vai ter um aumento de 43 por cento». A governante, que falava aos jornalistas após a apresentação do Programa Operacional do Norte (Pronorte) à Junta Metropolitana do Porto, reagiu assim a afirmações do presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, que no dia 14 se queixou das verbas reservadas ao Norte, comparando-as com as que o Governo espanhol destinou à Galiza, quase o dobro.

«Agora, como Lisboa já não é termo de comparação, passaram para a Galiza e, se um dia investirmos mais do que na Galiza, irão buscar certamente Paris ou Madrid», disse Elisa Ferreira, para quem «estas preocupações são desculpas antecipadas para um eventual insucesso». «Se nunca nos lembramos da Galiza quando comparamos taxas de desemprego ou a crise siderúrgica, porque é que agora nos vamos preocupar com a Galiza?», perguntou.

«Não vou discutir os valores, mas é evidente que a Espanha é um país mais rico e que os regimes do Norte de Portugal e da Galiza não podem ser comparados, porque em Espanha há uma descentralização efectiva e aqui não temos regionalização», disse a ministra. Para Elisa Ferreira, as queixas relativamente ao investimento previsto para a Galiza obedecem a «uma estratégia de minimizar as expectativas para no fim não se ter que prestar contas».

RECURSOS HUMANOS

A admissão de administrativos no sector da Saúde poderá vir a ser feita através de um concurso nacional, de forma a permitir uma maior gestão dos recursos humanos e evitar a celebração de contratos a prazo.



Em declarações à Imprensa, o secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde, Arnaldo Silva, considerou, no dia 17, em Lisboa, que a alteração da modalidade dos concursos para admissão desta categoria de

trabalhadores, a par com o descongelamento de vagas, poderá entrar em vigor assim que o projecto de lei relativo à admissão nos serviços do Ministério da Saúde (MS) seja aprovado em Conselho de Ministros.

O diploma em causa, prevê, além do descongelamento de vagas e da abertura de concursos públicos, a prorrogação, até 28 de Fevereiro de 2001, dos contratos a prazo actualmente existentes, que cessariam a partir de 1 de Abril deste ano, deixando vários milhares de trabalhadores da Saúde sem emprego.

Aguardando para «muito em breve» a aprovação do diploma, Arnaldo Silva encara este projecto de lei como uma «medida de gestão e de moralização da actual situação» dos trabalhadores contratados a prazo, na medida em «evita a ruptura dos serviços e permite estabilizar os quadros de pessoal das instituições».

O secretário de Estado afirmou ainda que o Ministério da Saúde está já a proceder ao alargamento dos quadros de pessoal em algumas instituições hospitalares. Admitindo que a prorrogação dos contratos a prazo até 28 de Fevereiro de 2001 «é efectivamente uma medida transitória e não uma integração nos quadros» das instituições, o governante defendeu, porém, que esta decisão permitirá «criar condições para que haja concursos em número suficiente para que as pessoas ingressem nas suas carreiras profissionais».

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo garantiu, no dia 17, em Faro, que o processo de classificação da gastronomia como património nacional é irreversível e que esta semana será concluída a legislação base para o efeito.

«É um processo irreversível do qual o Governo não abdicar», assegurou Vítor Neto a cerca de duas centenas de participantes na sessão de abertura do VI Congresso Nacional da Restauração e Similares de Portugal, que começou sexta-feira, na capital algarvia.

O processo de classificação passa pela criação, ainda este ano, de uma base de dados das matérias-primas e produtos certificados, bem como do receituário tradicional português.

A criação da base será feita a partir da inventariação e da posterior certificação dos produtos e matérias-primas regionais, como necessário enquadramento histórico e social, trabalho que o Ministério da Economia conta levar a cabo com a colaboração das associações empresariais do sector.

Quanto ao receituário tradicional, Vítor Neto relevou a importância de combater uma cozinha «cada vez mais igual e mais despersonalizada, graças ao primado da comida de plástico», advertindo para o perigo de perda «da nossa identidade».

O secretário de Estado falava no início de um congresso que teve precisamente por lema a necessidade de elevação da gastronomia tradicional portuguesa à categoria de património nacional.

PORTUGAL SOCIALISTA

25 anos depois de Abril

As pessoas em primeiro lugar



Próxima Edição
SOCIALISTAS NO MUNDO

DEPUTADO JOEL H. FERREIRA

OE/2000

MAL-AMADO ORÇAMENTO



O debate parlamentar processou-se num quadro legal inadequado. Esta foi a ideia defendida pelo deputado socialista Joel Hasse Ferreira, na passada quarta-feira, dia

15, durante a fase conclusiva de discussão do Orçamento de Estado para 2000 (OE/2000).

Depois de referir que a Comissão Europeia relembra actualmente a necessidade de uma nova legislação de enquadramento orçamental, o Joel Hasse lançou um apelo ao plenário no sentido de por cobro à «polémica já requeitada da mal denominada desorçamentação».

«Este Orçamento foi desde o princípio, mal tratado nalguma Comunicação Social. Houve mesmo um excessivo tom crítico relativamente a este Orçamento, de forma em boa parte desajustada», reiterou. Centrando-se nas linhas de força do debate sobre o OE/2000, o deputado do GP/PS afirmou: «Essencialmente, o que pretendemos com a política fiscal em sede de IRC, para além de garantir a necessária

equidade é elevar a competitividade das empresas portuguesas, num mundo cada vez mais globalizado».

«É pois preciso que cada vez mais empresas paguem impostos, de forma moderada e equilibrada, para que cada uma possa estar menos sobrecarregada no seu contributo para a comunidade nacional e assim esteja mais liberta para criar emprego, remunerar melhor o pessoal, investir mais, modernizar-se tecnologicamente e em métodos de gestão e em suma ser mais competitiva», explicou. Relativamente aos rendimentos de pessoas singulares, o parlamentar garantiu que a bancada socialista está confiante «em que a breve prazo, sejam certamente apresentadas propostas de uma reforma mais profunda do IRS, que compatibilizem a relevância deste imposto como instrumento de justiça e reequilíbrio social com a sua importância, apesar de tudo percentualmente decrescente, no conjunto do sistema tributário português».

É que, segundo disse, «a reforma fiscal não se faz globalmente num ou em vários Orçamentos de Estado», porque afinal, «toda

reforma é um processo e o Orçamento de Estado é parte desse processo. Não necessariamente a mais importante».

Sobre a questão da alteração das regras do sigilo bancário, o deputado do PS esclareceu que os socialistas estão disponíveis para discutir tudo, mas «não necessariamente abertos a aprovar o que quer que seja».

Outra questão incontornável neste OE/2000, as pensões, mereceu a atenção de Joel Hasse Ferreira, para quem esta área da «justiça social e equidade» procura vencer um atraso de décadas ou mesmo gerações. «E se o progresso económico facilita a aplicação destas justas medidas sociais, alguns aspectos da evolução demográfica não a facilitam», pelo que a administração socialista não pretende comprometer-se «de forma rígida», com o que não tem certeza de poder cumprir. Daí a posição do PS quanto à denominada convergência social das pensões.

Questionando os objectivos do PCP na sua pretensa optimização do PIDDDAC, o deputado do GP/PS falou numa «tentativa de amarrar o Governo e a Administração a

uma malha de projectos com recursos afectados de forma diferente ou a novos projectos nem sempre em condições de adequado desenvolvimento».

Uma discussão classificada por Joel Hasse Ferreira como «importante» foi a que visou o Rendimento Mínimo Garantido.

«Por nós, prosseguiremos não só com a política do Rendimento Mínimo, aperfeiçoada e concretizada, como teremos em devida conta, nem mais nem menos do que isso, as recomendações do Tribunal de Contas, que é exactamente isso, um Tribunal e de Contas e não uma instituição de análise de políticas económicas e sociais», declarou.

A terminar a sua intervenção, Joel Hasse afirmou que o OE/2000 não será nem tinha de ser um orçamento revolucionário. «mas é, seguramente um orçamento equilibrado que abrirá o caminho à aceleração da consolidação orçamental, nos próximos anos e que permitirá o avanço na concretização das medidas contidas no Programa do Governo, viabilizado e sufragado em Outubro pelos eleitores portugueses».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA

Requerimento

TRAVAR INVESTIDA XENÓFOBA E RACISTA



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou, no passado dia 16, na Assembleia da República, um requerimento em que põe em causa a legitimidade dos «actos discriminatórios da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares relativamente a cidadãos de etnia cigana e estrangeiros».

O documento, subscrito por Ricardo Castanheira, deputado eleito pelo círculo eleitoral do PS/Coimbra, questiona a autarquia visada sobre a existências de «informações factuais e fundamentadas de actos praticados por parte de ciganos e/ou estrangeiros que, nesse concelho, tenham causado desordem pública».

O parlamentar socialista requereu saber também se está realmente em causa o bem-estar das populações e a ordem pública em Poiares por causa da presença de das referidas minorias étnicas. «Não considera a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares que ultrapassou as suas competências, entrando no domínio policial e judicial, verdadeiros garantes da legalidade e da ordem?», perguntou igualmente o deputado do GP/PS, interrogando-se ainda sobre a razoabilidade e aceitabilidade do fornecimento de serviços de provedoria à população por parte da edilidade em



causa, no concernente a arrendamento, compra e venda de imóveis, «por forma a afastar "indesejáveis" do concelho».

Classificando previamente de inaceitável o facto de uma autarquia, «órgão decisivo na construção do Portugal democrático», deixe de lado as suas reais competências e «se transforme abusivamente em órgão policial e/ou judicial», mobilizando os pacatos cidadãos de Poiares para uma «batalha xenófoba e racista».

«Não se pode deixar de estranhar que, no presente século, ainda se assistam a actos e comportamentos indiciadores de discriminação de cidadãos em função da sua raça, língua, território de origem ou condição social», afirmou Ricardo Castanheira, frisando de seguida a importância de indagar as «reais motivações» de tal fenómeno e, sobretudo, procurar os «efectivos responsáveis».

MARY RODRIGUES

DROGA

Governo apresenta

PROJECTO DE DESCRIMINALIZAÇÃO

O Executivo socialista apresentou publicamente, no dia 16, o projecto de lei que visa descriminalizar o consumo de droga, proposta que será submetida a discussão pública antes de ser votada em Conselho de Ministros e apresentada na Assembleia da República.

A apresentação pública do projecto de lei esteve a cargo do ministro da Justiça, António Costa, e do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, que tutela a área da toxicodependência.

No essencial, a proposta governamental que cumpre a promessa assumida no programa eleitoral - propõe descriminalizar o consumo de droga e a posse para consumo, que passarão a constituir um mera contra-ordenação punida administrativamente com uma coima ou

através de uma rede mecanismos que têm quase sempre como opção que o consumidor seja considerado um doente e inserido num programa de tratamento público ou privado.

O consumo de droga passa assim a ser «um ilícito de mera ordenação social» e, além das coimas, estão também previstas sanções como a inibição de conduzir, a perda de direitos e subsídios e outros benefícios concedidos por entidades públicas.

O Governo, que nega a proposta do PP de submeter a questão a um referendo nacional, está convencido de que é possível aprovar a nova legislação sobre o consumo de drogas e que o tipo de soluções que apresenta poderão vir a ser aceites por todos os partidos com assento parlamentar, à excepção dos populares.



DEPUTADO CARLOS ZORRINHO

Violência na escola

AS CULPAS DO INDIVIDUALISMO EGOÍSTA E DO ECONOMICISMO



Embalado numa onda de populismo sem freio, o PP apresentou um projecto-lei sobre «agravamento das penas por crimes praticados em ambiente escolar e estudantil ou nas imediações de estabelecimento de ensino». Trata-se de um diploma que, segundo referiu o deputado do PS Carlos Zorrinho no dia 16, na AR, não tem qualquer «mérito intrínseco». Mais uma vez a direita cai na tentação da repressão fácil sem ir às causas do problema: as profundas desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. É afinal o modelo de sociedade conservador e neoliberal que a direita defende o principal culpado dos fenómenos de violência e vandalismo, que em Portugal actualmente são «pontuais». Com a direita a governar, passaríamos, estamos certos, a ser constantes e a atingir proporções alarmantes. Na opinião de Zorrinho, «os fenómenos pontuais de violência e vandalismo de que vamos tomando conhecimento, não autorizam qualquer dramatização gratuita

ou alarmismo infundado», acrescentando que «são apenas sinais de que os esforços proactivos do Governo e da comunidade escolar neste domínio têm que ser continuados e aprofundados». Segundo sublinhou o deputado do PS, não se pode discutir o problema da violência nas escolas, «dissociando-o das suas causas sociais», uma vez que «a compreensão das origens é o primeiro passo para a identificação de boas soluções». A escola reflecte a sociedade. Em larga medida pode e deve ser também um laboratório para a sua transformação», sublinhou. Segundo salientou Zorrinho, «a melhoria das condições de aprendizagem e fruição da escola não podem ser impostas». Pelo contrário, adiantou, «apenas serão eficazes se decorrerem dum processo participado de envolvimento dos vários agentes que com ela interagem, em particular os alunos, os pais e os professores».

Competição sem escrúpulos

Zorrinho salientou que «a sociedade em que vivemos, em particular a sociedade ocidental, é uma sociedade com elevados

níveis de agressividade, reflectida na competição sem escrúpulos, no individualismo egoísta, no economicismo galopante e no aprofundamento das desigualdades sociais». Para Zorrinho, «o combate á violência na escola, dada a complexidade e a profundidade dos fenómenos sociais que lhe dão origem, para ter algum sucesso duradouro, tem que combinar uma paleta diversificada de intervenções preventivas, complementada com mecanismos de vigilância adequados». «As escolas com mais problemas de violência são normalmente escolas sem "alma", com instalações descuidadas e uma vivência comunitária anémica. Pelo contrário, em escolas em que encontramos um denso envolvimento de todos na decoração dos espaços, animação da escola e ocupação de tempos livres, o sentido de pertença aumenta, melhorando também a capacidade da comunidade escolar em prevenir ou repelir os fenómenos de violência», sustentou. «Não podendo querer isolar a escola da comunidade envolvente nem fomentar a criação de bunkers, a dimensão de vigilância é contudo igualmente importante»,

acrescentou. Segundo referiu Zorrinho, «o combate preventivo aos processos de violência deve ter contudo o seu núcleo principal na afirmação de projectos educativos fortes, dando novos meios às escolas para que estas se auto-organizem para uma vivência saudável e premiando sem tibiezas aquelas que com o envolvimento de professores, pais e alunos, conseguem criar uma "cultura de escola" que não se limite a reflectir a sociedade em que se insere, mas constituam um modelo e um exemplo para a comunidade envolvente». Pelos argumentos e considerações antes elencadas, frisou, «o Partido Socialista considera totalmente inadequado o espírito e a letra do Projecto do PP». Zorrinho considerou por último que «a aceitação do princípio da existência dum quadro penal específico a aplicar nos territórios escolares, não daria nenhum contributo estrutural para a resolução das causas que conduzem á violência nas escolas». Em contrapartida, «abriria uma caixa de pandora de contornos imprevisíveis, capaz de hipotecar o equilíbrio e a equidade do sistema penal».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Segurança social

REFORÇAR A PROTECÇÃO SOCIAL E GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA



«Para o PS a reforma do sistema de segurança social afigura-se absolutamente necessária numa perspectiva de sustentabilidade do sistema e no alargamento da protecção social», afirmou o deputado do PS Artur Penedos, numa intervenção que efectuou na conferência «Lei de Bases da Segurança Social – Que Mudanças?». Tecendo rasgados elogios à política social do Governo do PS ao longo dos últimos quatro anos, o deputado Artur Penedos frisou que «foram produzidas mudanças que tornaram o nosso sistema de segurança social mais eficaz na resposta aos problemas dos cidadãos, designadamente dos mais desfavorecidos». Entre as numerosas medidas implementadas, Artur Penedos destacou, entre outras, a criação do rendimento mínimo garantido, a instituição do novo sistema de prestações familiares subordinadas ao princípio da diferenciação positiva, a progressiva recuperação das pensões de reforma mais degradadas, o



reforço da sustentabilidade do sistema através do integral cumprimento dos compromissos financeiros do Estado perante a segurança social, do combate à fraude e evasão fiscais. Segundo sublinhou, o PS e o Governo pretendem uma nova Lei de Bases da Segurança Social que «vá no sentido do reforço dos mecanismos de protecção social, que garanta o direito à segurança

social por parte dos cidadãos, que garanta os direitos adquiridos ou em formação, que conjugue a consagração de novas fontes de financiamento sem necessidade de onerar os salários e, sobretudo, que possa resultar do mais amplo consenso possível» com as restantes forças políticas com representação parlamentar. Para o deputado do PS, o amplo consenso existente na sociedade portuguesa em

torno da «necessidade de garantir a sustentabilidade económica e financeira da segurança social» é motivo de confiança quanto à aprovação de uma nova Lei de Bases da Segurança Social «equilibrada, justa e conforme aos princípios que defendemos para a sua reforma». Consenso, adiantou, que está espelhado nas várias iniciativas legislativas a aguardar discussão, e nas quais se podem identificar «importantes áreas de convergência». Relativamente à proposta de lei do Governo, Artur Penedos referiu que «é bastante clara e equilibrada», acrescentando: «Defendemos por um lado a manutenção da lógica que hoje predomina no sistema, ou seja, reconhecemos que a componente da reparação deve continuar a desempenhar um papel fulcral no sistema, contudo consideramos absolutamente essencial à sua sustentabilidade a longo prazo, a implementação de uma crescente componente de capitalização pública e o desenvolvimento de mecanismos adequados à adopção de estratégias que promovam o reforço dos mecanismos públicos de protecção».

J. C. CASTELO BRANCO

UM SALTO QUALITATIVO NA POLÍTICA SOCIAL

Para o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, António Reis, a cimeira de Lisboa «poderá marcar um salto qualitativo na política social da União Europeia». As afirmações do dirigente socialista foram proferidas segunda-feira, após uma representação do PS ter sido recebida em São Bento pelo primeiro-ministro.

De acordo com o camarada António Reis, esta cimeira vai conseguir ultrapassar «o simples plano das intenções teóricas» que marcou outras reuniões do Conselho Europeu. «Das intenções teóricas está a União Europeia cheia até hoje, mas nós estamos persuadidos de que há condições para que desta vez se formule uma estratégia concreta e se adoptem medidas práticas e efectivas», afirmou. A presidência portuguesa da União Europeia, segundo António Reis, deu um contributo decisivo para que a Europa possa dispor de medidas concretas para



que «finalmente os cidadãos comecem a sentir que as instituições europeias se preocupam com os problemas concretos das pessoas», acrescentou. Para o PS, espera-se ainda que o Conselho Europeu extraordinário sobre o Emprego e a Coesão Social, que se reúne em Lisboa hoje e amanhã, venha a representar um

contributo no sentido de dotar a União Europeia «de uma política social que tenha como objectivo o pleno emprego e o combate à exclusão social».

Sábado, o primeiro-ministro destacou a importância do lançamento dos programas Sócrates, Leonardo e Juventude – isto, no momento em que se prepara a cimeira de Lisboa que visa uma transformação da Europa nos próximos dez anos para a sociedade do conhecimento. Falando na sessão de encerramento da conferência de ministros da Educação e do Trabalho da União Europeia, António Guterres disse que o objectivo é fazer da Europa em dez anos uma economia baseada no conhecimento, competitiva, mas com mais e melhor emprego. De acordo com o presidente da União Europeia em exercício, o conhecimento transformou-se na «matéria prima do trabalho e na principal fonte de criação de riqueza, mas também na principal fonte de separação entre os que têm condições

para triunfar e os que correm riscos de ficar para trás.

Para o primeiro-ministro, competitividade e coesão social não são valores que se excluem, pois «é possível ser mais competitivo e mais coeso e mais solidário». Mais: a coesão e a solidariedade são, elas próprias, um factor de competitividade a prazo da economia», acentuou. A questão de saber se «é ou não possível na nova economia ser competitivo e ter as pessoas no centro das preocupações, mantendo os valores da solidariedade e da justiça social», implica directamente o cerne da própria civilização.

«A nossa resposta é que é possível, mas para isso é preciso que a nossa sociedade seja uma sociedade elucidativa», disse ainda António Guterres, ao mesmo tempo que reiterava a sua aposta na educação e o facto de o investimento no sector, em percentagem do Produto Interno Bruto, ter subido de 5,3 para 6,5 do Produto Interno Bruto desde 1995 até agora.

PRODI MUITO ESPERANÇADO EM RESULTADOS CONCRETOS

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, aumentou no dia 21 as expectativas em torno da

Cimeira de Lisboa, acentuando que «será muito mais concreta e positiva nas suas consequências imediatas» que outras reuniões de líderes dos Quinze.

Prodi, que falava em Bruxelas a dois dias do Conselho de chefes de Estado e Governo da União Europeia sob presidência portuguesa, disse haver condições excepcionais, «as melhores desta geração», para que tal aconteça. Exemplificou com as finanças públicas sãs, a inflação controlada e com a estabilidade macroeconómica e do crescimento da UE.

Única nota negativa neste panorama favorável, disse, é o elevado desemprego, com uma taxa média próxima de 10 por cento, cujo combate estará no centro dos trabalhos da Cimeira extraordinária de Lisboa.

Para Romano Prodi, é legítimo associar a Cimeira a «uma nova ambição» da UE: atingir o pleno emprego (em 2010) e liderar a nova economia (baseada na inovação e no conhecimento), desde que se mantenham estáveis o crescimento económico e a disciplina orçamental e desde que os Quinze «invistam nas pessoas e nas ideias» e se «focalizem nas necessidades dos mercados».



Como pano de fundo do cruzamento destes factores de progresso sobre o qual se espera que a Cimeira de Lisboa delibere, a Comissão advoga «a redução imediata e generalizada dos custos do acesso às telecomunicações locais, graças a uma maior concorrência». No tocante aos recursos humanos da Europa, a Comissão propõe mais e melhor educação com ênfase na formação ao

longo da vida e sistemas de segurança social capazes de gerir a nova situação resultante do envelhecimento da população (problema da segurança social, pensões, entre outros).

Exemplificando, Romano Prodi sugeriu a utilização de créditos dos Fundos Estruturais (destinados à correcção das disparidades económicas entre regiões da UE) para a ligação de todas as escolas da

União à Internet.

A respeito do investimento nas capacidades de inovação, recomendou a aposta nas actividades de investigação nos laboratórios e na adequação desta aos interesses do mercado.

A liberalização total dos mercados europeus da energia, da aviação e dos transportes de mercadorias por comboio, dos serviços financeiros e das telecomunicações são algumas das medidas enumeradas por Prodi para ilustrar a importância de a UE também investir na dinamização do mercado global comunitário.

Método de Lisboa

A Comissão propõe um método - «Método de Lisboa» - para permitir enquadrar a totalidade destas reformas de longo alcance no dia-a-dia da UE.

A ideia, segundo Prodi, é «chegar à excelência em todos os Estados-membros».

O Método de Lisboa, cuja adopção depende de uma «grande vontade política dos Estados-membros», baseia-se numa lista de medidas específicas, em objectivos claros e quantificáveis, num calendário detalhado, num seguimento regular e num processo de aferição dos desempenhos nacionais passando pela troca de boas práticas.

MOBILIZAR DOIS MILHÕES DE EUROPEUS

O alargamento a novos tipos de beneficiários e a estratégia que perpassa a segunda fase dos programas europeus Sócrates II, Leonardo Da Vinci, bem como o Programa Juventude. Trata-se de uma aposta tripartida que pretende atingir, na perspectiva da mobilidade, dois milhões de cidadãos residentes na «Europa da União».

Na Conferência de lançamento dos novos programas comunitários Sócrates II, Leonardo da Vinci II e Juventude, que decorreu na passada sexta-feira, dia 17, em Lisboa, participaram o Presidente da República, Jorge Sampaio, o ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, o ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, a comissária europeia para a Educação e Cultura, Viviane Reding e o vice-presidente do Parlamento Europeu, Renzo Imbeni.

Segundo Guilherme d'Oliveira Martins, com o lançamento dos novos programas, a União Europeia inicia uma nova fase na vida das políticas de educação e formação. O governante afirmou que a educação tem uma palavra a dizer no que toca ao desenvolvimento das linhas directivas para o emprego. Por isso, disse, a proposta da presidência portuguesa pretende inovar nos métodos de coordenação e de cooperação políticos nos domínios da educação e formação.

O ministro considerou que «não se trata de harmonizar, mas de convergir, o que exige mobilidade, comparação, livre circulação e avaliação».

Assim, a realização desta conferência parte do desafio no sentido da mobilidade acrescida, do intercâmbio entre escolas e unidades de formação no território europeu e de uma cultura de educação e formação ao longo da vida.

Para o governante, a questão que se coloca é como fazer da UE, à escala mundial, o espaço económico baseado na inovação e no conhecimento mais dinâmico e competitivo, capaz de elevar os níveis de crescimento económico com mais e melhores empregos e com maior coesão social.

Oliveira Martins defendeu que «mais e melhor emprego se alcança com mais e melhor educação e formação, o que exige mobilidade adequada como instrumento de construção de um espaço sem fronteiras, como realização do mercado interno, factor criador de um espaço educativo europeu e como incentivador de uma cidadania europeia».

Para a concretização destes objectivos, o ministro da Educação quer maior



intercâmbio entre instituições de ensino e formação, incentivo à educação aberta e à distância, progresso no reconhecimento de diplomas e períodos de estudo e o desenvolvimento do intercâmbio de informação.

«Educação e formação ao longo da vida, mobilidade e justiça são os grandes desafios da nova cidadania europeia», acrescentou.

Crescimento com coesão

Por seu turno, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, sublinhou que, cada vez mais, o projecto europeu passa por uma integração de mercados de trabalho, aproximando-os e maximizando os aspectos positivos que têm no quadro europeu.

O governante chamou a atenção para o

situação portuguesa, frisando que, apesar do país não ter um problema sério de desemprego - de acordo com os últimos dados a taxa de desemprego é de 4,1 por cento -, tem um problema de empregabilidade devido ao baixo nível de qualificações da população activa. Esta é a razão pela qual Portugal tem feito da formação profissional uma «causa nacional», afirmou.

Nos últimos anos, o crescimento da formação profissional tem sido, sucessivamente e segundo o ministro do Trabalho, da ordem dos 30 por cento/ano. Ferro Rodrigues considerou que quando se intensifica a globalização das relações económicas é importante que os indivíduos tenham competências diversificadas.

«Se soubermos desenvolver esta componente, valorizando e diversificando as competências dos europeus, contribuiremos para o objectivo estratégico a que nos propomos: tornar a Europa, nos próximos dez anos, um espaço capaz de elevar os níveis de crescimento económico, com mais e melhores empregos e mais coesão social», frisou.

A viragem para a política

Já o ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, considerou que este é o momento de viragem da União Europeia, terminada que está a construção do edifício económico.

A atenção vira-se agora, segundo o governante, para a construção do novo edifício político. Por isso, o Programa Juventude, lançado sexta-feira, pretende dotar os jovens europeus de um instrumento de promoção de uma verdadeira cultura de cidadania europeia.

«Pela primeira vez, há actividades dirigidas a jovens com o objectivo de promover e incentivar os valores próprios da civilização europeia», disse Vara, acrescentando que a mobilidade juvenil adquire carácter de verdadeira escola de cidadania, onde a língua deixa de constituir uma barreira.

O Presidente da República falou da importância, para as novas gerações, do significado da Europa e da importância dos valores que representa.

Jorge Sampaio elegeu três áreas de intervenção: educação e formação ao longo da vida para todos os europeus, reconhecimento de saberes adquiridos, e conhecimento comum que abrangerá disciplinas como história e geografia e onde a Internet tem particular relevo, já que fomenta o intercâmbio cultural.

Sampaio lançou ainda o apelo para que todos os programas tenham reconhecimento do que foi aprendido em outras escolas.

Na conferência, o Presidente da República condecorou Domenico Lenarduzzi como Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública.

MARY RODRIGUES

Perfil de uma nova geração de programas

Juventude

• **Conteúdo:** Assegura maior coerência da acção comunitária no sector da Juventude.

• **Estrutura:** Prevê cinco acções - «Juventude para a Europa» (intercâmbio de grupos), «Iniciativas dos Jovens», «Acções Conjuntas» e Medidas de Acompanhamento» (intercâmbio e cooperação entre organizações de jovens e autoridades locais ou nacionais) e «Serviço Voluntário Europeu».

• **Objectivos:** Reforçar o sentido de solidariedade, promover a participação dos jovens na construção europeia, encorajar o espírito de iniciativa, o espírito empresarial e a criatividade.

• **Dotação:** 520 milhões de euros.

Leonardo da Vinci II

• **Conteúdo:** Inclui medidas promotoras de aptidões pessoais e profissionais e da avaliação/comparação de sistemas de ensino e formação profissional à escala europeia.

• **Estrutura:** Contém cinco medidas transnacionais principais - «Mobilidade», «Projectos-Piloto», «Competências Linguísticas», «Material de Referência» e «Redes Transnacionais» -, incluindo acções conjuntas e acções de acompanhamento.

• **Objectivos:** Melhorar as aptidões e competências pessoais na formação profissional inicial; melhorar a qualidade e o acesso à formação contínua; reforçar o contributo profissional para o processo de inovação nas empresas.

• **Dotação:** 1 150 milhões de euros.

Sócrates II

• **Conteúdo:** Atribui maior importância à aprendizagem ao longo da vida, quer no

âmbito do sistema de educação formal quer fora dele.

• **Estrutura:** Comporta oito acções - «Comenius» (ensino básico e secundário), «Erasmus» (ensino superior), «Grundtvig» (educação de adultos), «Lingua» (ensino e aprendizagem de idiomas), «Minerva» (ensino aberto e à distância; tecnologias da informação e comunicação no domínio da educação), «Arion», «Eurydice» e «NARIC» (todos no âmbito da inovação e observação -, às que se acrescem acções conjuntas e medidas de acompanhamento).

• **Objectivos:** Reforçar a dimensão europeia da educação a todos os níveis; promover o conhecimento das línguas da UE, a cooperação e a mobilidade na educação; incentivar a inovação.

• **Dotação:** 1 850 milhões de euros.

Tempus III

• **Conteúdo:** Projectos relativos ao reforço da capacidade institucional dos países dentro e fora da UE, dando especial atenção a pessoas desfavorecidas e deficientes.

• **Estrutura:** Inclui quatro acções - Projectos Europeus Conjuntos (reforma do ensino e gestão, reforço da capacidade institucional, redes), Bolsas Individuais (para professores, formadores, administradores), Actividades Complementares (seminários, estudos, publicações), Actividades de Apoio (assistência técnica, avaliação).

• **Objectivos:** Apoiar o processo de desenvolvimento dos currículos e de reformas estruturais no ensino superior, prestar apoio a organismos não académicos no campo da reforma da gestão.

• **Dotação:** montante a fixar anualmente.

LISBOA

Transportes

COMISSÁRIA EUROPEIA DEBATEU COM JORGE COELHO PROJECTO TGV

A instalação de uma linha de comboio TGV e a sua ligação a Espanha foi um dos pontos abordados no dia 17, em Lisboa, pela comissária europeia Loyola de Palacio, que visitou Portugal.

O projecto do TGV - comboio de grande velocidade - foi já um dos temas tratados na última cimeira luso-espanhola, onde os dois Governos decidiram avançar com uma comissão mista responsável pela elaboração dos estudos necessários. Loyola de Palacio, que visitou Portugal a convite do ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, tratou com o governante português outras matérias, nomeadamente a inclusão de mais estradas portuguesas na rede rodoviária transeuropeia.

«Vamos propor a integração nas redes transeuropeias de mais 1.400 quilómetros de itinerários complementares, além dos 2524 já previstos», disse o secretário de Estado das Obras Públicas, Luís Parreirão.

Segundo Luís Parreirão, além do acesso aos fundos comunitários, as novas vias a integrar nas redes transeuropeias



«ganham dimensão em termos internacionais».

A participação portuguesa nas redes transeuropeias, uma decisão de 1996, incluía 2 524 quilómetros de itinerários principais (IP) e alguns itinerários complementares (IC), porque então

estava ainda em vigor o Plano Rodoviário Nacional (PRN) de 1985.

O aumento para mais 1400 quilómetros da rede rodoviária portuguesa na rede transeuropeia é uma consequência directa do novo Plano Rodoviário Nacional (PRN) aprovado em Julho de 1998 e

revisto um ano depois.

A comissária, que é também vice-presidente da Comissão Europeia, visitou algumas das obras mais importantes construídas em Portugal nos últimos anos, nomeadamente a Gare do Oriente, passando pela Ponte Vasco da Gama e A12.

Na pousada de Palmela, onde Jorge Coelho ofereceu um almoço, Loyola de Palacio assistiu à apresentação do projecto «Metro Sul do Tejo», o empreendimento em fase de concurso, promovido pelo Governo e por quatro Câmaras Municipais da «margem esquerda» que tem financiamento comunitário.

A comissária teve ocasião de viajar nos novos comboios da ligação Figueiredo-Lisboa.

No sábado, Loyola de Palacio foi convidada do Governo para participar com o primeiro-ministro, António Guterres, na inauguração do lanço do IP6 Abrantes/Mouriscas, incluída na concessão da Beira Interior por Castelo Branco, Covilhã, Guarda e Vilar Formoso e que faz parte da rede transeuropeia.

PARIS

Reunião

PORTUGAL E FRANÇA EM SINTONIA NO COMBATE AO DESEMPREGO E EXCLUSÃO

O primeiro-ministro António Guterres disse no dia 17, em Paris, que existe uma completa identidade de pontos de vista entre Portugal e a França na estratégia de luta contra o desemprego e contra a exclusão social.

«Temos a mesma estratégia nos capítulos da economia e da coesão social», salientou António Guterres à saída de um encontro com o seu homólogo francês, o socialista Lionel Jospin.

António Guterres, presidente em exercício da União Europeia (UE), reuniu-se em Paris com Lionel Jospin no âmbito da preparação do Conselho Europeu Extraordinário, que decorrerá em Lisboa, a 23 e 24 deste mês, subordinado ao tema «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social - para uma Europa da Inovação e do Conhecimento».

«Queremos que a Cimeira de Lisboa defina uma estratégia europeia contra a exclusão e que sejam definidos planos a nível nacional que serão completados na Cimeira da Feira e, posteriormente, concretizados já durante a presidência francesa», disse António Guterres.

A França assumirá em 1 de Julho a presidência semestral da UE, sucedendo a Portugal.

Lionel Jospin realçou, por seu turno, que a presidência portuguesa obteve «a convergência de duas posições existentes no seio dos Quinze a propósito da luta contra o desemprego».

«Enquanto alguns defendiam uma dominante económica, voltada para a

competição, outros, entre os quais Portugal e a França, partem do princípio que o progresso económico pressupõe a coesão social», disse.

«Portugal conseguiu conjugar as duas ideias», salientou o primeiro-ministro francês. Relativamente à questão austríaca, António

Guterres refutou críticas de que Portugal teria sido refém da França e da Alemanha.

«Nós tomámos uma posição comum a Catorze, portanto só os Catorze poderão modificar as decisões tomadas», sublinhou.

Jospin elogia

Jospin disse que apoia Portugal, que «assumiu princípios e soube agir em consequência».

«Respeitamos a forma como Portugal fez face à situação. Nós também temos a nossa opinião sobre o assunto, mas veremos concretamente como é que o processo vai avançar», referiu.

Jospin disse ainda que recusa igualmente que seja instaurado um boicote a nível cultural em relação à Áustria.

«A cultura e a liberdade nunca se boicotam. Os princípios que nos norteiam não devem ser boicotados, é preciso é saber utilizar a cultura», justificou.

Os 14 parceiros da Áustria na UE suspenderam os contactos políticos bilaterais com Viena no final de Janeiro, na sequência da participação do FPÖ, partido da extrema-direita, então liderado por Jörg Haider, na coligação governamental austríaca.

Governo de esquerda de Jospin criou postos de trabalho recorde

Um Governo de esquerda como o de Jospin consegue grandes êxitos a nível económico, sem se descaracterizar.

Não é necessário render-se ao neoliberalismo para se alcançar grandes «performances» económicas. A economia francesa criou 121.900 novos empregos no quarto trimestre de 1999, novo recorde dos últimos trinta anos, elevando para 378.400 o número de postos de trabalho gerados nos 12 meses.

Ao maior contributo para a criação de emprego veio do sector dos serviços com 101.700 novos postos de trabalho,

contra apenas 10.700 da indústria e 9 500 na construção.

Segundo os analistas, o aumento do emprego deve-se à aceleração do ritmo de crescimento económico que este ano deverá atingir 3,5 por cento, a taxa mais elevada da última década.

Iniciativas governamentais como um programa de emprego para jovens com menos de 30 anos e a redução da semana de trabalho de 39 horas para 35 horas também ajudou, acrescentam. A taxa de desemprego em França ronda actualmente os 10,5 por cento, o nível mais baixo dos últimos sete anos.

AGRICULTURA

Seca

FRENTES DE BATALHA

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, classificou como «preocupante mas não dramática» a situação de seca que assola o País e assegurou que a mesma será combatida em três frentes. Capoulas Santos falava aos jornalistas, no sábado, dia 18, em Beja, após a sessão de abertura da XVII Ovideja, na qual a seca que afecta o Alentejo e outras regiões, bem como a posição do Governo em relação à matéria, foi o tema dominante das críticas dos agricultores.

Como resposta ao presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), Castro e Brito, ter manifestado a sua decepção por não serem valorizados «os problemas da região, num ano que se adivinha pior que o do ano passado», Capoulas Santos refutou o «discurso miserabilista».

«Recuso o discurso miserabilista de que no sector tudo é uma desgraça», frisou, dizendo-se atento ao problema da seca, ao admitir que esta semana o Governo poderá adoptar medidas de emergência.

«É preciso criar medidas e condições para que os efeitos desta e de outras secas futuras sejam minimizados e adoptar medidas de emergência quando a situação a cada momento o impõe», disse, referindo-se às duas primeiras frentes de batalha da seca.

Essas medidas passam, entre outras, por um aumento das áreas que ficam anualmente sem produzir, mas que recebem subsídios (de 35 para 50 por



cento); permissão que o girassol seja cultivado em áreas que seriam para o arroz; aumento de ajudas co-financiadas e permissão de pastoreio em searas perdidas.

O ministro explicou que essas propostas seriam apresentadas ontem, em Lisboa, durante uma reunião com o grupo nacional de acompanhamento da seca. Quanto à terceira frente de batalha, aquela em que Capoulas Santos mais insistiu, passa por «denunciar com frontalidade o oportunismo e a demagogia daqueles que a pretendem utilizar (a seca) como arma de arremesso político contra o Governo».

Aludindo a comentários de deputados do

BE (Francisco Louçã) e do PP (Rosado Fernandes) de que «o Governo não faz nada quanto à seca», o ministro observou: «Parece que apenas acordaram para o problema nas últimas 24 horas pois não disseram nada na discussão do Orçamento de Estado».

«Há quem demagogicamente nas últimas horas tem vindo e se preparar para no futuro utilizar o tema como arma de arremesso político e não com nenhum contributo para a sua resolução», refutou, desafiando os críticos a «apresentarem propostas válidas».

Capoulas Santos disse também ter «alguma dificuldade em coexistir com a política demagógica pura» por não

concordar que se acuse o Governo «por não chover» e por não estar interessado em fazer de São Pedro.

A sua chegada ao recinto do certame trouxe-lhe mesmo um «presente caído dos céus», com um helicóptero a sobrevoar o recinto a baixa altitude e um pastor a descer por uma corda com um borrego para lhe oferecer.

A *sui generis* recepção de boas-vindas, dando a entender que as preces dos agricultores para que chova vão agora dirigidas a São Pedro, foi organizada pela ACOS.

O ministro agradeceu o presente e aderiu à brincadeira: «É o que se chama um pastor caído dos céus. Só espero que tenha estado em contacto com o São Pedro porque começo a achar que é preciso uma remodelação para aquelas bandas». Depois de o responsável da ACOS ter também criticado o Governo pela portaria que regula o Fundo de Calamidades, Capoulas Santos admitiu a hipótese de este mecanismo ser accionado «nos moldes em que está».

«Se a calamidade acontecer, tal como está regulamentada, poderemos accionar o fundo», referiu, dizendo-se aberto a «possíveis alterações à portaria», mas não estar interessado em «banalizar o fundo».

«Não podemos alterar os critérios, que foram estudados por técnicos competentes, só porque em determinado ano a produção agrícola de alguns agricultores não atingiu o que eles esperavam».

RACISMO

Discriminação

JOSÉ LEITÃO LANÇA COLECTÂNEA JURÍDICA

Informar as vítimas de discriminação racial ou étnica dos meios disponíveis para combater o racismo em Portugal é o objectivo da colectânea legislativa «Combate ao Racismo. Meios Jurídicos», que foi lançada por José Leitão no dia 21, em Lisboa. Esta colectânea - lançada na data em que se assinala o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial pelo alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas - pretende informar de uma forma «simples e acessível» as vítimas e será a primeira de mais duas ou três, referiu uma fonte do gabinete do alto-comissário.

Na contracapa da colectânea, o alto-comissário, José Leitão, afirma que «para usar os meios jurídicos é preciso saber que existem».

«Estamos empenhados na construção de uma sociedade mais inclusiva, que crie coesão através da cooperação e solidariedade de todos os cidadãos residentes, independentemente da cor da



pele, da raça, da origem étnica ou da nacionalidade», afirma ainda João Leitão. A colectânea - que em 32 páginas agrupa legislação diversa disponível em Portugal para fazer face ao racismo e à discriminação racial ou étnica - inclui, entre outros, artigos da Constituição, do Código Penal e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

AÇORES

Lajes

CARLOS CÉSAR QUER MAIS CONTRAPARTIDAS DOS EUA

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, defendeu que a renegociação do acordo para a utilização da base das Lajes pelos norte-americanos deve «resultar em contrapartidas que reforcem a cooperação» com os Açores.

Carlos César falava aos jornalistas após a primeira reunião, em Ponta Delgada, da Comissão encarregue de preparar as posições dos Açores nas futuras negociações do acordo de cooperação e defesa entre Portugal e os Estados Unidos, relativo à base das Lajes.

Para o chefe do executivo açoriano, a Região Autónoma deve «tirar mais benefícios» do acordo das Lajes, nomeadamente nas áreas económicas, científicas e de desenvolvimento regional.

Referiu que a cooperação com os norte-americanos «não tem sido muito positiva» para as ilhas, desde que acabaram as contrapartidas financeiras pela utilização da base da Terceira.



César disse ainda que da reunião sairão pareceres que permitirão ao Governo Regional iniciar, até ao final do ano, a componente negocial do acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

UM DIA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

A equipa do Ministério da Educação visitou quinta-feira, dia 16, a Escola Básica do Bom Sucesso, em Alverca, para assinalar o Dia da Cidadania, que, segundo o ministro da tutela, deve ser considerado «Dia da Educação para Todos».

Espalhado um pouco por toda a escola, um desdobrável dizia que «a conclusão do ensino básico é a primeira condição de cidadania». Na Escola do Bom Sucesso, um agrupamento vertical de escolas que integra jardim-de-infância, 1º, 2º e 3º ciclos, cerca de 500 alunos desenvolvem diversas actividades no âmbito da educação para a cidadania.

Na passada quinta-feira, puderam mostrar ao ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, à ministra para a Igualdade, Maria de Belém, à secretária de Estado da Educação, Ana Benavente, ao secretário de Estado da Administração Educativa, Augusto Santos Silva, ao presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a vários autarcas o trabalho que realizam durante uma hora por semana e o que entendem por educação para a cidadania.

Um grupo de alunos do 9º ano, com idades entre os 14 e 16 anos, analisa semanalmente a imprensa portuguesa e elege temas de debate relacionados com as suas vivências pessoais. Temas que vão desde o trabalho infantil, desigualdade, ambiente, direitos humanos, corrupção e educação sexual até ao património histórico e cultural, prevenção rodoviária e droga. O estudante João Rosa entende que «educação para a cidadania significa formação para a vida futura, de forma a ser uma pessoa melhor na sociedade». João



diz-se chocado com algumas notícias que lê e elege a violência doméstica como um dos temas que o chocaram porque, afirma de forma convicta, «as mulheres devem ter direitos iguais aos homens e não há justificação para que sejam vítimas de violência em casa».

Para este aluno, a educação para a cidadania deveria existir a partir dos dez anos. A razão, diz, «é que estas crianças já sofrem estes problemas».

Marta defende que a educação para a cidadania deve marcar presença a partir do 6º ano e explica que, «antes disso, as crianças têm uma mentalidade diferente». Também a droga foi um tema já abordado, com o relato, por parte de alguns estudantes, de vivências pessoais nesta área.

Um outro grupo de 26 alunos, do 6º ano, aprende a desenvolver competências pessoais. Através de jogos, falam de inserção social, aprendem a resolver problemas e conflitos sociais.

Esta experiência, que teve início o ano

lectivo passado, voltou este ano a estar presente na escola do Bom Sucesso, a pedido dos alunos.

Um outro grupo, também do 6º ano, através de uma parceria da escola com um centro comunitário, desenvolve actividades como ver um filme e fazer o seu resumo, aprender a preencher um talão bancário, vales de correio e procurar um número de telefone na lista telefónica.

Depois de ter visto todos estes alunos, Guilherme d'Oliveira Martins afirmou que «é necessário que se fale das boas experiências das escolas» e acrescentou que a cidadania é uma questão de todo o sistema educativo e de toda a sociedade. Para o governante, «todos os dias na escola devem ser dias de cidadania».

Por seu turno, a ministra para a Igualdade disse que «o primeiro investimento nas pessoas é a educação».

Maria de Belém sublinhou que a educação para a cidadania implica o respeito pelos direitos do «outro».

«Numa Europa que se reconhece fundada no respeito pelos direitos humanos, é obrigatório que todos assumam esta tarefa», disse.

A ministra lembrou que na era dos direitos colectivos, como a paz e o desenvolvimento, é preciso não esquecer os deveres dos cidadãos e sublinhou que a cidadania pressupõe o respeito pelos direitos humanos e, logo, pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

De acordo com Maria de Belém, na sociedade portuguesa as mulheres são uma maioria, mas, por exemplo, só 12 mulheres são presidentes de câmaras municipais, o que corresponde a apenas 4 por cento do total.

Para alterar esta realidade, a governante defende que desde pequeno se deve começar a educação para a cidadania. E porque no Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, as escolas estavam encerradas devido às férias de Carnaval, a ministra para a Igualdade aproveitou o Dia da Cidadania para distribuir pelos estabelecimentos escolares o livro intitulado «Os Direitos das Mulheres»: uma obra ilustrada, de linguagem acessível, que traça o percurso histórico na conquista dos direitos da mulher e que, com ironia, fala das diferenças entre os sexos.

Para a secretária de Estado da Educação, é necessário que todos os adultos assumam as suas responsabilidades na cidadania.

Também o Ministério da Educação distribuiu quinta-feira pelas escolas portuguesas um guia sobre os direitos e deveres dos membros da comunidade educativa.

De acordo com a secretária de Estado da Educação, o documento surge como um guia no qual o ministério pretende dar visibilidade ao trabalho que as escolas realizam e sensibilizar a comunidade para a importância da discussão do tema «Educação para a cidadania».

«A educação para a cidadania é uma dimensão decisiva da educação das crianças e por isso, sendo uma actividade do dia adia, consideramos que era importante ter um momento forte para sensibilizar todos para este trabalho», referiu.

No guia, Guilherme d'Oliveira Martins defende que a educação cívica se constrói, no dia a dia, através da procura dos valores da liberdade e da justiça, do pluralismo e da paz.

SESENTA VOLUMES TRADUZIDOS DE GIL VICENTE A SARAMAGO

Sessenta obras de autores portugueses, dos clássicos aos contemporâneos, vão ser traduzidos em francês e editados por ocasião do Salão do Livro de Paris, montra da literatura portuguesa que decorreu de 16 a 22 deste mês.

Campeão de vendas em França, no que aos autores portugueses mais traduzidos diz respeito, Fernando Pessoa verá vertidos para francês «O Barão de Teive» e o «Banqueiro anarquista».

Christian Bourgois é o editor que tem velado pela divulgação dos versos pessoanos desde que há 12 anos foram revelados pela primeira vez aos leitores franceses.

Também Sophia de Mello Breyner tem em França leitores fiéis para os seus poemas. Três edições e uma reedição em língua

gaulesa provam-no - La Différence dá à estampa «Floresta», «O Cavaleiro da Dinamarca» e «Apesar das ruínas e da morte», enquanto Les Campette repõe nas livrarias «Nudez da vida».

No topo dos mais traduzidos está Nuno Júdice. Com o Salão do Livro de Paris, oferece mais quatro obras aos seus leitores franceses - «O movimento do mundo», «Traços de sombra», «Linhas de água» e «A mulher escarlate». Para Saramago, este Salão do Livro foi a prova de que estão longe de acalmadas as réplicas do Nobel da Literatura, volvidos dois anos.

Não só foi a presença em destaque no programa com que Portugal elogia a sua literatura e os seus autores, como viu traduzidas três das suas primeiras obras -

«O ano de 1993», «Manual de Pintura e Caligrafia» e «Como a personagem foi mestre», este último tema que versou insistentemente em Estocolmo nas inúmeras conversas públicas em que se deu a conhecer como criador.

E porque este é o ano do centenário da morte de Eça de Queirós, o eterno clássico português teve honras de quatro edições francesas - «A Capital», «A Tragédia da Rua das Flores», «Alves & Companhia» e «202, Campos Elíseos».

Bem conhecidos dos franceses são já os nomes de António Lobo Antunes e Lídia Jorge.

Ainda assim, «Fado Alexandrino» e «Livro das Crónicas», do primeiro, e «A floresta no rio» e «A Costa dos murmúrios», da segunda, engrossam a corrente de traduções

proporcionada pelo Salão do Livro.

«Amor de perdição», de Camilo Castelo Branco, «O romance da raposa», de Aquilino Ribeiro, «Auto da barca do inferno», de Gil Vicente, serviram para reavivar a memória dos apreciadores da literatura portuguesa.

Com «Uma ilha ao longe» evocou-se Timor-Leste, descrito nas palavras de Luís Cardoso, timorense a viver em Portugal com lugar reservado nos encontros em que se falou da lusofonia, em si mesma ou por contraste com a francófia.

Muitos destes títulos, no original ou acomodados à gramática gaulesa, desafiam já as atenções dos bibliófilos ou simples curiosos franceses, trunfo do concurso de montras de livrarias que o Salão do Livro promove tradicionalmente.



Abrantes

Novo troço do IP6

No passado sábado, dia 18, entrou em funcionamento o novo troço do IP6, que ligará Abrantes à localidade de Mouriscas. Na cerimónia de abertura deste novo troço estiveram presentes António Guterres e Jorge Coelho.



Esta foi uma obra integralmente desenvolvida no interior do concelho de Abrantes, que reforça a excelente posição que Abrantes ocupa no quadro das grandes acessibilidades nacionais e que possibilitará mais uma excelente opção a quem circular em direcção ao interior do País.

Albufeira

Município aposta na modernização do comércio tradicional

O município de Albufeira e a Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACRAL) assinaram, no dia 15 de Março, um protocolo conjunto relativamente ao Projecto de Urbanismo Comercial de Albufeira, que tem por objectivo reunir investimentos públicos e privados com a apresentação de uma candidatura ao PROCOM, no âmbito do III QCA.



A iniciativa insere-se no âmbito do Projecto de Requalificação Urbana de Albufeira e pretende desenvolver esforços conjuntos entre a autarquia, a ACRAL e o Estado, no sentido de dignificar o comércio tradicional daquela localidade.

Cascais

Recuperação de arruamentos

A Câmara Municipal de Cascais adjudicou

o início de um conjunto de obras para o concelho, orçadas em mais de 227 mil contos, que vão beneficiar directamente a população residente.



Com estas obras agora adjudicadas vai ser possível iniciar os trabalhos para a instalação de saneamento básico, sinalização, pavimentação e calçamento na Rua dos Malmequeres, em Cascais, Rua da Escola, Rua da Eira do Rei, Rua 6 de Outubro, Largo de St^o. Barbara e Beco do Escondidinho, em São Domingos de Rana, bem como as Ruas Barros de Atibá, no Estoril. Também a Rua das Açucenas, em Bicesse, vai ser recuperada.

O município de Cascais lançou também obras, orçadas em mais de 260 mil contos, para a construção das Ruas do Pinhal e do Golfe, no Estoril, da ligação da Rua S. Domingos à Rua Furriel João Vieira, em Alvide e para a reparação de calçadas em todas as freguesias do concelho.

Famalicao

Festival de Cinema e Vídeo

Mais de uma centena de filmes vão ser exibidos no Festival de Cinema e Vídeo de Famalicao - FAMAFEST 2000 que decorre entre os dias 17 e 26 naquela cidade, tendo como tema «O Cinema e a Literatura». O cineasta Lauro António, responsável pela organização do festival, disse que estão inscritos 41 filmes na secção competitiva, entre obras em suporte de filme e de vídeo, incluindo obras de ficção e documentais.

O programa da segunda edição do FAMAFEST inclui uma homenagem ao actor Virgílio Teixeira e ciclos dedicados à Literatura Inglesa, ao cinema infantil, aos 500 Anos do Brasil, a Charlie Chaplin e aos centenários do nascimento de Luís Bunuel e da morte de Eça de Queirós. Duas dezenas de películas participam no ciclo dedicado à literatura inglesa, que inclui os filmes «Elizabeth», «Wilde», « regresso a Howard End » e «Sensibilidade e bom senso».

No ciclo sobre Bunuel estão incluídas algumas das obras mais representativas do cineasta, entre as quais «Belle de Jour», «Viridiana» e «Via Láctea», enquanto o ciclo dedicado à comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil conta com fitas como «Central do Brasil», de Walter Salles, «Tieta do Agreste», de Carlos Diegues, e «Amor & Companhia», uma co-produção luso-brasileira realizada por

Helvécio Ratton e baseada na obra de Eça de Queirós «Alves & Companhia».

Mais duas películas marcam a passagem do centenário de Eça: «O Primo Basílio», de António Lopes Ribeiro (1959), e «Cerro dos Enforcados», de Fernando Garcia (1954).

O ciclo de cinema para crianças passa várias produções de animação relativamente recentes, entre as quais «Tarzan», «Mulan», «o Príncipe do Egipto», «Anastasia» e «Uma Vida de Insecto», além de vários filmes de Charlie Chaplin, como «O Circo», «Luzes da Ribalta», «A Quimera do Ouro» e «O Garoto».

Homenagem a Virgílio Teixeira

A homenagem a Virgílio Teixeira, que estará presente em Famalicao como presidente do Júri, inclui 20 filmes que representam todas as fases da carreira do actor, desde os primeiros, feitos em Portugal, até às grandes produções norte-americanas, como «A Queda do Império Romano» e «El Cid, o Campeador», passando pelos filmes espanhóis.

O programa de actividades paralelas do FAMAFEST 2000 inclui várias iniciativas, entre as quais a exposição fotográfica «80 Escritores Portugueses», de Luísa Ferreira, na Biblioteca Municipal, e uma exposição com pinturas de Manuela Pinheiro inspiradas em Camilo Castelo Branco, Florbela Espanca e Eça de Queirós, na Casa-Museu Bernardino Machado.

Faro

Câmara apoia acção na área do Ambiente

A Câmara Municipal de Faro atribuiu um apoio no valor de 100 contos à ARCA – Associação Recreativa e Cultural do Algarve, para a realização do projecto «Acção de Formação para Promotores de Projectos Ambientais».



A acção decorreu nos dias 11, 12, 18, 19 e termina no dia 26 deste mês.

Entretanto, Faro será o local de partida da 3^a etapa da Volta ao Algarve em Bicicleta.

Trata-se de uma interessante acção de animação desportiva, turística e de promoção da cidade, dado que até algumas das equipas ficam alojadas em unidades hoteleiras da capital algarvia. Neste quadro, o município entendeu

contribuir para a viabilização dessa acção de animação, através de aquisições de valor até 500 contos.

Ovar

Protocolos de colaboração com 23 associações concelhias

No passado dia 11 de Março, no Salão Nobre da Câmara Municipal, o presidente da edilidade, Armando França, outorgou, numa cerimónia, 23 protocolos de colaboração com associações culturais, desportivas, recreativas e grupos folclóricos do concelho de Ovar.



Os protocolos consagram um apoio da autarquia de 21.075 contos que viabilizará, neste ano, um conjunto muito vasto de iniciativas e actividades, que vão desde a música ao teatro, passando pela museologia, folclore e desporto.

Vila Real de S. António

Alunos mostram trabalhos sobre reciclagem

Uma exposição subordinada ao tema «Os três R – reduzir, reutilizar e reciclar» esteve patente ao público de 14 a 21 de Março, no Centro Cultural António Aleixo, em Vila Real de S. António.



Esta mostra pretendeu sensibilizar a população para a importância da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos.

Entre outros temas relacionados com o meio ambiente, a exposição mostrou um conjunto de desenhos efectuados pelos alunos do 3^o e 4^o ano de todas as escolas básicas do 1^o ciclo do concelho.

Os trabalhos foram baseados na visita de estudo efectuada em Janeiro e Fevereiro passados, à Estação de Triagem e Aterro Sanitário de Porto de Lagos, no concelho de Portimão.

GOVERNO JUSTO E EQUILIBRADO NA ATRIBUIÇÃO DE VERBAS ÀS AUTARQUIAS

O presidente do PSD, Durão Barroso, voltou a faltar à verdade ao lançar a suspeita de que os municípios do PSD estariam a ser prejudicados pelo Governo. O PS respondeu a estas falsidades com dados objectivos. O Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), quando calculado em termos *per capita*, verifica-se que, entre 1995 e 2000, aumentou mais nos concelhos do PSD do que nos concelhos de maioria PS. Ou seja, os números comprovam os critérios para a distribuição de verbas nunca têm em conta causas partidárias - até porque os valores recebidos por cada município estão muito aproximados - e que são os governos de António Guterres aqueles que estão a fazer mais pelos autarquias, repartindo os financiamentos através de critérios de equilíbrio e de isenção.



concelhos capital de distrito tem sido superior à média, tal como aconteceu no tempo do PSD, resultado da maior concentração de investimento aí realizada, da litoralização do País, e ainda o facto de, muitas vezes, serem atribuídos investimentos às capitais de distrito que na verdade se repercutem e realmente pertencem a outros concelhos do distrito. Como primeira prova de que é falsa a acusação do PSD de manipulação partidária, segundo José Junqueiro, é que o PIDDAC dos concelhos do PSD aumentou mais entre 1995 e 2000 do que o PIDDAC dos concelhos do PS. «Concretamente, para o PSD, o PIDDAC subiu mais dois pontos percentuais por ano do que para o PS, se considerarmos a respectiva taxa de crescimento média anual», afirmou. Ou seja, «é falso que haja manipulação partidária, caso contrário, não teria havido degradação da posição relativa do PS face ao PSD».

Por outro lado, acrescentou o dirigente socialista, «se calcularmos o PIDDAC *per capita*, excluindo as capitais de distrito, é precisamente o PSD quem apresenta o maior PIDDAC *per capita*, com 24,6 contos, contra 21,6 do PS, 20,9 do PCP e 20,3 do CDS/PP. Mas, acima de tudo, o que estes números evidenciam é o equilíbrio e a

isenção do Governo dada a sua proximidade em termos absolutos».

Outros erros de Durão

Ainda para relativizar a importância da questão levantada, José Junqueiro sublinhou que apenas se está a analisar 38 por cento do total do PIDDAC, ou seja, 424 milhões de contos, num total de 1120 milhões de contos, dado que é esta a dimensão do PIDDAC regionalizado por concelhos.

Em termos de relação entre o Poder Central e o Local, a Comissão Permanente do PS sublinhou que o Orçamento de Estado de 2000 continua, na linha dos anteriores, a dotar a Administração Local de melhores meios com vista à promoção do desenvolvimento mais equilibrado do País. «É um bom começo do Governo na sua segunda legislatura», referiu o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.

«O valor global das transferências para os municípios será superior a 336 milhões de contos, ou seja, um aumento de cerca de 60 por cento no período de 1995/2000. O montante reparte-se pelos fundos, pelos transportes escolares, auxílios financeiros e cooperação técnico-financeira. O valor global das transferências para as freguesias será superior a 30 milhões de contos, ou seja, um aumento de mais de 129 por cento. O montante reparte-se pelos fundos de financiamento, pelo regime remuneratório e pelos edifícios sede», explicou o líder do PS/Viséu.

Ainda segundo o camarada José Junqueiro, «os transportes escolares (que só passaram a ter verbas com os governos do PS), a reestruturação das carreiras (que só foi possível com os governos do PS), o regime remuneratório dos eleitos das juntas de freguesia (que só foi possível com os governos do PS), os aumentos de 1043 por cento para as áreas metropolitanas, de 140 por cento nos auxílios financeiros, de 140 por cento nos

auxílios financeiros, de 153 por cento na cooperação técnica e financeira, os 311 por cento para os edifícios-sede de junta de freguesia são exemplo inelutável do esforço dirigido a toda a Administração Local».

Autarquias com mais apoios

Como frisou o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, importa reconhecer que os governos de António Guterres e a maioria socialista, coordenadamente, «devolveram às autarquias e aos autarcas o prestígio e a importância que o país e os democratas lhes tributam e o PSD lhes retirava».

Mas, como ainda nem tudo está feito, durante o debate do Orçamento do Estado na especialidade, introduziram uma série de alterações a favor do Poder Local. Essas alterações visaram «garantir um crescimento mínimo mais elevado para a generalidade das freguesias, de modo a que nenhuma, como menos de 200 eleitores receba menos de 1750 contos e que as outras partem de um mínimo de 2500 contos».

As propostas dos deputados socialistas também tiveram como objectivo garantir «uma distribuição mais favorável dos fundos para os pequenos municípios de modo a que está dez mil habitantes nenhum aumente anualmente menos de 11,1 por cento». Por outro lado, acrescentou José Junqueiro, «conseguiram manter o princípio da actualização dos impostos municipais, em particular do imposto municipal sobre veículos; adaptar os prazos de endividamento dos empréstimos contratados para a aquisição de habitação a custos controlados, destinadas a arrendamento; e isentar dos limites de endividamento os empréstimos contraídos para a execução dos projectos comparticipados por fundos comunitários».

Em conferência de imprensa realizada na semana passada, no Largo do Rato, o membro da Comissão Permanente do PS, o camarada José Junqueiro, desmentiu as acusações de Durão Barroso quanto à repartição do PIDDAC por partidos. Como lembrou o líder do PS/Viséu, o Partido Socialista detém 12 dos 20 concelhos capital de distrito em Portugal. Esses mesmos 12 concelhos (que incluem, sublinhe-se, Lisboa e Porto) representam 75 por cento da população dos 20 concelhos. Por isso, como sublinhou José Junqueiro, ao não tomar em conta estes dados, escondendo-o, «acabou por enganar a opinião pública».

Em termos de repartição de verbas para as autarquias, a verdade objectiva é a seguinte: o PIDDAC *per capita* dos

Reunião da Comissão Nacional

1 de Abril, 10.30 horas, Hotel Altis, Lisboa

Ordem de trabalhos:

- Regulamento eleitoral dos presidentes das federações e dos delegados aos congressos federativos
- Convenção Nacional Autárquica
- Eleição do presidente honorário (a confirmar)
- Análise da situação política

Reunião Plenária da Comissão Política Concelhia do PS/Oeiras

27 de Março, 21 horas, sede da Comissão Política Concelhia de Oeiras

Intervenientes: todos os membros efectivos, suplentes e inerentes

Ordem de trabalhos: constante da convocatória a enviar aos membros da CPCO

PS EM MOVIMENTO

ALANDROAL

Autarcas do PS

Os vereadores do PS na Câmara do Alandroal exigiram no dia 10 uma Escola Básica Integrada na freguesia de Santiago Maior, mas a Direcção Regional de Educação diz que a população escolar do concelho não justifica o novo estabelecimento. Em comunicado, os dois vereadores do PS dizem ter entregue ao ministro da Educação, director regional de Educação e governador civil de Évora um abaixo-assinado com cerca de 700 assinaturas, pedindo a construção de uma Escola Básica Integrada com jardim de infância em Santiago Maior. Reivindicando «melhor ensino para o Alandroal», os autarcas socialistas João Nabais e José Cebola defendem também a extensão do ensino secundário até ao 12º ano na vila de Alandroal, sede de concelho.

Fixar os jovens

«Não podemos querer fixar aqui os nossos jovens quando, logo após a conclusão do ensino básico, os obrigamos a sair para concelhos vizinhos se quiserem concluir o ensino secundário», justificam os vereadores do PS. No entanto, a directora regional-adjunta de Educação do Alentejo, Teresa Godinho, disse que a população escolar do concelho «não justifica a criação de uma nova escola», não estando também previsto, por escassez de alunos, a extensão do ensino até ao 12º ano no Alandroal. Segundo a mesma responsável, nos planos da Direcção Regional de Educação está apenas a construção de uma nova Escola Básica Integrada no Alandroal, para substituir a existente, que funciona em más condições físicas.

POIARES

PS contra comunicado racista

O Partido Socialista de Poiares lamenta a difusão de um comunicado pelo presidente da Câmara, com conteúdo segregador para grupos étnicos e nómadas, mas não está interessado «em tirar quaisquer dividendos políticos» do facto. O comunicado da Câmara Municipal demonstra uma «inabilidade política em especial do seu presidente, Jaime Soares», afirmou o PS/Poiares, ao aludir à postura do autarca laranja.

Na óptica do PS, «deverá haver a mais apurada sensibilidade para as questões étnicas», de modo que todos os queiram visitar o concelho, ou se pretendam fixar aí, o possam fazer integrando-se plenamente na comunidade poiarense».

«Esperamos que esta atitude menos feliz do senhor presidente da Câmara lhe sirva para compreender que os poiarenses não deverão ser discriminados e muito menos discriminar pela sua cor política. Os seus opositores não são inimigos, mas sim adversários políticos, devendo todos ter acesso em igualdade de circunstâncias dentro da comunidade», acentua.

Em comunicado emitido no final de uma reunião, o PS realça que hoje «os tempos são outros, embora haja quem ainda não se tenha dado conta das mudanças, o que se pretende é uma Vila Nova de Poiares solidária e com igualdade de oportunidades para todos os poiarenses», afirma o PS, que transforma o documento em que toma posição num «Eslarecimento À População».

Terra da fraternidade sem racismo

Para o PS, «ontem como hoje, a maneira de estar dos poiarenses ainda não foi alterada na sua formação moral, apesar do desenvolvimento próprio das sociedades». «Os poiarenses sempre foram um povo ordeiro, quer neste concelho, quer fora dele, labutando e granjeando o pão de cada dia», acentua.

Apesar de lamentar a posição assumida pela autarquia de maioria laranja, a Comissão Política Concelhia do PS de Vila Nova de Poiares afirma que não está interessada em «tirar quaisquer dividendos políticos desta situação».

Recorde-se que no comunicado, distribuído pela Câmara, no passado dia 6, incitavam-se os municípios a não facilitar a fixação de grupos nómadas ou étnicos no concelho, sem avaliar a sua idoneidade.



VILA DO CONDE

Convenção Autárquica

O presidente da Federação Distrital do PS Porto defendeu no dia 18, em Vila do Conde, a necessidade de juntar esforços e constituir um projecto autárquico para vencer as autárquicas no Porto.

O camarada Narciso Miranda, que falava durante a sessão de encerramento da Convenção Autárquica do PS de Vila do Conde, referiu que «é preciso escolher os melhores candidatos e juntar esforços e ideias com credibilidade para ganhar as eleições no distrito do Porto».

«Não podemos esperar que se cumpra o calendário, não podemos cometer os erros do passado», frisou o camarada Narciso Miranda, defendendo «um processo que seja desenvolvido este ano para apresentar projectos e protagonistas para vencer as eleições autárquicas do Porto e de Portugal». De acordo com o presidente da federação distrital e também secretário de Estado da Administração Portuária, «Vila do Conde é um exemplo óbvio e o seu contributo é essencial para atingir esse objectivo», já que o autarca é também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, «e uma peça fundamental no trabalho autárquico».

«Não há autarquia que não constitua um grande objectivo do PS Porto», frisou Narciso Miranda, acrescentando que «é necessário que toda a casa esteja arrumada com projectos concretizados».

Três novos aderentes por dia no PS/Porto

O presidente do PS Porto aproveitou ainda para frisar «o orgulho de reconhecer o mérito do Governo PS, que tem correspondido às expectativas e que tem feito um investimento no Norte do país que nunca tinha sido feito», designadamente nas obras do aeroporto internacional, no metro de superfície e na rede viária e ferroviária.

Questionado sobre uma possível candidatura à Câmara Municipal do Porto, Narciso Miranda referiu que «por minha iniciativa não serei candidato», pelo que a adesão de Nuno Cardoso constitui «uma das três que entram diariamente no PS Porto».

Recorde-se que a possível candidatura do camarada Narciso Miranda começou a ser falada nos órgãos de Comunicação Social na sequência de uma sondagem que o apontava como o preferido da população para ser o candidato do PS àquela Câmara e que no fundo era o natural reconhecimento das grandes qualidades de Narciso Miranda enquanto autarca com uma obra a todos os títulos notável em Matosinhos.



Reunião Geral de Autarcas do Concelho de Oeiras

25 de Março, sábado, a partir das 15 horas

Tema

A nova legislação autárquica

Organização

Comissão Política Concelhia de Oeiras

Local

Auditório do Taguspark – Porto Salvo – Oeiras

Convidados

Todos os autarcas do concelho

Destinatários

todos os membros das listas do PS e militantes

ANGOLA

Miguel Coelho

HAJA BOM SENSO



A propósito da questão dos direitos humanos em Angola e dos graves e inadmissíveis insultos que um governante e outros dirigentes angolanos dirigiram a Mário Soares e João Soares, alguns sectores da nossa vida política têm tentado promover um certo ajuste de contas.

A direita, esquecendo-se também dos graves e inadmissíveis insultos que já dirigiu contra Mário Soares - quem não se recorda do célebre debate televisivo entre Basílio Horta e Mário Soares e da campanha simultânea do Independente de Paulo Portas - verbe agora «lágrimas de crocodilo» em defesa da honra dos ofendidos, quando o que quer na realidade é provocar uma crise no Governo do PS. O PSD, confrontado com o desastre de Bicesse e a total submissão de Durão Barroso (que aliás se escondeu, não aparecendo, durante o debate na Assembleia da República) aos interesses de determinados sectores angolanos, só quis, também, atacar o Governo do PS. O PCP, após algumas

hesitações, colocou-se definitivamente ao lado dos caluniadores ao recusar solidarizar-se com os ofendidos, isto é, com Mário e João Soares. Com os nossos adversários podemos nós. O que é de estranhar é que apareçam alguns, no PS, quicá saudosos de algum protagonismo perdido, a insinuarem estar em causa a liderança de António Guterres. Haja serenidade e bom senso!

Portugal tem, desde que o PS é governo, palmilhado um caminho de recuperação social e de modernização. A este percurso está indubitavelmente ligada a liderança de Guterres. Para além disso, com ele, ainda não perdemos uma única eleição e nunca estivemos tão bem inseridos na sociedade. Temos um socialista na Presidência da República, estamos no governo, presidimos às principais autarquias do país e somos também a maior força política no Parlamento Europeu e na Assembleia da República. De partido da casa dos 20 por cento, passámos a partido de mais de 40%, com uma maioria praticamente

absoluta. Será que queremos deitar tudo a perder? Não me parece que seja essa a vontade da esmagadora maioria dos militantes do PS.

Evidentemente que cometemos erros! No que respeita a esta questão, Angola, cometemos até um erro de avaliação política, uma vez que seguramente ninguém duvidará da genuína solidariedade pessoal para com os ofendidos. Errámos em primeiro lugar porque não reagimos prontamente e publicamente a uma inadmissível ofensa que nos foi dirigida pelo governo angolano. Em segundo lugar porque não percebemos de imediato que ofender Mário Soares é ofender todo o PS. Soares é, efectivamente, a nossa primeira referência, independentemente de todas as divergências que cada um de nós possa ter tido com ele.

Sem Mário Soares não estaríamos aqui a fazer política. Quer-se discutir e reavaliar a política do governo português para Angola? «A realpolitik»? Pode-se discutir, mas convém ter em conta o passado. É

que a mesma não foi agora inventada. Já nos tempos dos nossos primeiros governos a aplicávamos. O que não podemos é fazer disto uma batalha autofágica. O Governo errou por má avaliação política da situação. O PS demorou a reagir energeticamente, embora quando o fez, pela voz de Jorge Coelho, o tenha feito muito bem, de uma forma clara e duríssima.

Estamos à vontade nesta observação porque nós, Secretariado da CPCL, logo no dia seguinte tomámos posição em comunicado público, de que a imprensa fez eco, mas é evidente que uma posição do Secretariado da Concelhia de Lisboa não tem, nem pretende ter, o mesmo significado que uma atitude da direcção nacional do PS.

Mas querer fazer deste acontecimento um pretexto para um eventual assalto à liderança do Partido, parece-me de mais. Os socialistas militantes de base e os portugueses não nos perdoariam. Comigo, não contam de certeza!

TRATADO DA UE

Francisco Seixas da Costa

QUATRO TESES PARA UMA TESE



Sob presidência portuguesa, a União Europeia iniciou há semana uma nova Conferência Intergovernamental para a revisão do seu tratado. Menos de um ano passado sobre a entrada em vigor da última reforma, alguns se interrogam sobre a abertura deste novo exercício não acaba por dar aos cidadãos a imagem de uma União instável, que avança com pequenos remendos institucionais.

Ter de mobilizar, em simultâneo, a vontade política de todos os Estados-membros para qualquer modificação das estruturas da União obriga, de facto, a que a busca de compromissos procure calendários de oportunidade, como o que é justificado pelo próximo alargamento.

Portugal parte para esta nova reforma com uma grande serenidade e um quadro de objectivos claros, que basicamente assenta em quatro teses:

1. A revisão das instituições da União deve ter como finalidade um modelo que facilite a tomada de decisões, que garanta que a entrada de novos Estados se fará sem perda de funcionalidade e, se possível, com ganhos e eficácia. Neste quadro, muitas decisões antes tomadas por vontade unânime dos Estados devem passar a estar sujeitas à regra da maioria, embora com salvaguarda de interesses essenciais. É ainda necessário assegurar



que a maior diversidade dentro da União não vá afectar o processo de integração, pelo que a utilização de fórmulas que permitam a grupos de países, sob regras

estritas, prosseguir em separado determinadas políticas deve ser flexibilizada.

2. Toda a reforma a introduzir no Tratado deve ter como princípio orientador a necessidade de aproximar a União do cidadão, tornando mais legível o que está subjacente à execução das políticas, num reforço da transparência e da democraticidade dos actos comunitários, que inclui também uma maior responsabilização das diversas instituições. As reformas devem respeitar o essencial dos equilíbrios de representação nacional que fizeram o sucesso do projecto europeu, evitando cenários de quebra de confiança que decorreriam de um qualquer agravamento de desigualdades no poder de decisão dos vários Estados na gestão diária da União, baseada numa leitura radical das diferenças demográficas ou outras.

3. A instituição de uma cidadania europeia, num espaço de liberdade, de segurança e de justiça que abranja quem habita dentro da União, obriga ao estabelecimento e observância de um corpo de princípios que possa funcionar como um verdadeiro referencial ético, juridicamente protegido. A possibilidade de inclusão no Tratado de uma carta dos Direitos Fundamentais, que contemple os novos direitos contemporâneos e as

dimensões sociais e económicas que definem o modelo social europeu, seria um passo muito importante para a instituição de uma Europa dos valores.

4. A vocação estabilizadora da União no espaço europeu obriga a que ela se dotar de instrumentos que lhe permita intervir com eficácia no seu cenário estratégico de proximidade, em defesa de valores internacionalmente aceites, para acções de prevenção de conflitos e de gestão de crises, em complemento da sua afirmação político-diplomática comum. As reformas do Tratado para esse fim devem garantir a coabitação das diversas culturas de defesa que a União comporta no seu seio.

Em linhas gerais, são estas as teses que constituem o mandato implícito para o nosso trabalho negocial até ao final de 2000, face ao qual o resultado que obtivermos será então medido.

Esta reforma do Tratado constitui uma oportunidade para garantir que a União Europeia adopta, ao nível das Instituições, um formato compatível com as exigências de um projecto que ultrapassou uma mera dimensão económica, e assume, de forma crescente, uma matriz civilizacional. Para que a União avance, os Estados-membros têm sempre que ter um sentido de compromisso. É esse espírito que esperamos de todos para o sucesso desta Conferência Intergovernamental.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Teatro em Albufeira

O Grupo Cénico Quatro Ventos representa a peça de David Mourão-Ferreira «O Irmão», sábado, domingo e segunda-feira, às 21 e 30.

Também no Dia Mundial do Teatro, 27 de Março, realizar-se-á, a partir das 10 horas, o colóquio «O Teatro do Ser... Livre».

Ambos os eventos decorrem no Auditório Municipal.

O pintor Carlos Alberto Duarte exibirá os seus mais recentes trabalhos, na Galeria Municipal, a partir de sábado, dia 25, e até ao final de Abril.

Alma cigana em Aveiro

«Encontros, histórias dos ciganos entre nós» é o título genérico da mostra que se encontra aberta ao público, até ao dia 9 de Abril, na Galeria da Livraria Municipal – Casa do Marquês da Pedricosa.

A exposição poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 10 às 13 horas e das 15 às 19 horas. Aos sábados, a mostra está em exibição entre as 10 e as 13 horas.

Música em Coimbra

«Private Party» é a fita assinada por Betty Thomas que a Casa Municipal da Cultura exhibe hoje, pelas 18 horas, no contexto das comemorações do 14º aniversário da RUC – Cinema de âmbito radiofónico.

O agrupamento musical Dakota Suite apresenta-se, no dia 25, pelas 21 e 45, no palco do Teatro Académico de Gil Vicente. No mesmo local, e no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Teatro, assista a três peças da lusofonia. Trata-se de «A varanda do Frangipani», de Mia Couto, a cargo da Companhia Teatro Meridional (dia 27 – 21 e 45); «O Homem da Lua», com texto e encenação de Manuel Cintra, a cargo do Teatro Infantil 8dia 28 e 29 às 10 e 30 e 15 horas); e «Stand-Up Comedy», com texto e interpretação de Pedro Tochas (a ver no Café-Teatro, no dia 28 e 29, às 22 horas).

Uma mostra bibliográfica sobre gastronomia espera pela sua visita, até ao dia 16 de Abril, na Galeria do Atrio Superior da Casa da Cultura.

Hóquei em Fafe

No sábado, assista à produção teatral luso-brasileira «O Trovador Encantado». O espectáculo, promovido pelo Pelouro da Cultura da autarquia local, realiza-se no estúdio Fénix, a partir das 21 e 30, e tem entrada livre.

O Final Four da Taça de Portugal de Patins para seniores disputa-se, este fim-de-semana (sábado e domingo) no Pavilhão do Grupo Nun'Álvares.

Na próxima quarta-feira, dia 29, poderá (re)ver o filme de Thomas Vintenber, «A Festa», numa exibição promovida pelo

Cineclubes fafense, a decorrer no Auditório Municipal, às 21 e 30.

Concerto em Faro

Este sábado, dia 25, passe pela Igreja de São Pedro e assista a um concerto de música antiga.

Uma homenagem a Luís Buñuel – o olhar transgressor – realiza-se segunda-feira, dia 27, no Auditório do Instituto Português da Juventude, pelas 21 e 30.

Amanhã estreia na sala do Cinema Santo António a película de Bruce Beresford, «Double Jeopardy» («Duplo Risco», na versão portuguesa), com Tommy Lee Jones e Ashley Judd nos papéis principais.

Fantoches em Guimarães

Amanhã leva os seus filhos ao Teatro de Fantoches que leva a peça «Abelha Maia – cantinho do sonho» ao palco da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal.

A partir de amanhã e até ao dia 30, o Cinema São Mamede exhibe o filme «Duplo Risco». As pinturas de Horácio Souza Filho e Pedro Chorão poderão ser apreciadas a partir de dia 25, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago e na Galeria JM Gomes Alves, respectivamente.

Já na recta final do Festival de Inverno, o Auditório da Universidade do Minho serve de palco, este sábado, às 22 horas, para a actuação dos Ciganos de Ouro.

No domingo, dia 26, pelas 21 e 45, veja a obra mais recente de David Mamet, «O Prisioneiro Espanhol», no Auditório da Universidade do Minho.

Festa da Primavera em Lisboa

Amanhã o cartaz das salas de espectáculos assinalam quatro estreias cinematográficas. Trata-se do *debut* de «Happy Texas», de Mark Iley; «Duplo Risco», de Bruce Beresford; «The Philadelphia Story», de G Cukor; e «Brokendown Palace», de Jonathan Kaplan. No domingo, entre as 11 e as 24 horas, o Centro Cultural de Belém está reservado

para a Festa da Primavera, um evento com entrada livre no qual se incluem actividades musicais, a dança, teatro, baile, mercado de flores e animação infantil.

A Orquestra Sinfónica de Londres, sob a direcção do maestro Riccardo Chailly, recria obras de Béla Bartók e Gustav Mahler, esta quarta-feira, dia 29, a partir das 21 horas, no Coliseu dos Recreios.

Quarteto de cordas em Portimão

No sábado, dia 25, pelas 21 e 30, assista em família ao concerto do Quarteto Capela – dois violinos, uma viola e um violoncelo –, que se realizará no Salão Nobre do município.

Concerto no Porto

O cantor, escritor e compositor espanhol Patxi Andión actua, hoje, no Coliseu, num concerto que marca o «fim de uma longa ausência voluntária» e «o regresso aos palcos esperado há mais de dez anos».

Autor de canções como «Amor primeiro», «Aqui padre» e «Veinte aniversário», Patxi Andión interrompeu o silêncio discográfico de uma década em Março de 1999 com o disco «Nunca nadie», uma reinvencção de canções conhecidas com alguns inéditos. Patxi Andión (guitarra e voz) estará acompanhado por Miguel Angel Chastán (contrabaixo), Rogeiro Da Sousa (percussão) e António Serrano (harmónicas).

Mostra de teatro em Sintra

A VIII Mostra de Teatro das Escolas decorre já, prolongando-se até ao próximo dia 31.

Espectáculo em Vila Real de Santo António

As comemorações do Dia Nacional do estudante são marcadas, amanhã, por um concerto na Praça Marquês de Pombal, a decorrer a partir das 22 e 30, com a actuação da banda Blasted Mechanism.

SUGESTÃO

Famafest'2000

O Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Famalicão - Cinema e Literatura (Famafest'2000), já está a decorrer e vai exibir um total de 220 filmes, numa média diária de 22 obras. Os auditórios da Fundação Cupertino de Miranda e da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco continuam a ser a base da estruturado II Famafest, mas este ano o festival alargou o seu raio de acção, estendendo-se a outras salas da cidade e do concelho.

As salas do Museu do Surrealismo, Shopping Town, New Lineo Cinemas, Auditório da Fundação Castro Alves e Centro Cultural de Joane seão, assim, utilizadas também para a exibição das obras previstas no programa do festival. Concorrem às três secções do Famafest - ficção, documental e obras para jovens (vídeo e cinema) - cerca de 40 filmes de realizadores espanhóis, húngaros, franceses, suíços, ingleses, alemães, americanos, indianos, japoneses e portugueses.

Paralelamente, decorrem as secções «Literatura inglesa no cinema», «100 anos de Luís Buñuel», «Homenagem a Virgílio Teixeira», «500 anos do Brasil, no cinema e na literatura», «100 anos de Eça de Queirós» e «Animação e Charles Chaplin».

Estão também previstos debates, recitais, concertos (Carlos Guilherme e Dulce Guimarães) e exposições de Almada Negreiros, Eurico Gonçalves, Manuela Pinheiro, Luísa Ferreira e Luís Buñuel.

O Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Famalicão termina no dia 26.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Foco Solar

Ninguém para dizer quanto era amor aquilo que, num e noutros, se juntava em quentes aves, em fios de ouro à beira de uma árvore ou nesta praia de imaginárias barcas sobre a linha de quanta substância ali cantava as mãos nas mãos, o corpo-a-corpo e o saber que ali estaria morto o muro que divide, a sombra que separa.

Ninguém para dizer como era o sol que em nós, tão mansamente, se aninhava.

João Rui de Sousa
In «Obstinação do Corpo», 1996



FESTIVAL MULTICULTURAL
EXTREMOS DO MUNDO

Il Ritorno D'Ulisse

Ópera de Claudio Monteverdi
William Kentridge/Handspring Puppet Company
Joanesburgo – África do Sul

24, 25 e 26 de Março – 17h00
Grande Auditório CULTURGEST



O EMPREGO, O CRESCIMENTO E A COESÃO SOCIAL

Ao apostar boa parte do êxito da sua presidência da UE, na questão do *emprego, do crescimento e da coesão social*, o governo português deu provas de uma visão estratégica notável e de uma atitude europeia assumida na primeira linha de responsabilidades.

Claro que correu (e corre ainda) alguns riscos, claro que foi forçado a um intenso trabalho de persuasão, de esclarecimento e pedagogia, claro que se tornou necessário juntar pontos de consenso, e estabelecer redes e compromissos... mas conseguiu com esta aposta marcar inequivocamente a agenda política europeia no futuro imediato.

O *desemprego* e a *exclusão social* são os dois principais problemas que afligem a sociedade europeia no seu conjunto.

Ou são resolvidos e há Europa com futuro a prazo; ou não o são, e o sonho europeu acaba por definir e morrer.

A Europa democrática, a Europa da Paz, não tolera um exército de 18 milhões de desempregados e muito menos tolera a pressão de largos milhões de excluídos. Ora este problema pode resolver-se, tocando-lhe pelo ramo e pelo imediato –

é a atitude assistencialista, que tudo aposta no mercado e nas suas leis, e se limita a moderar parcialmente algumas das suas perversidades.

Mas, pode também ser resolvido de uma forma mais profunda, «tocando» na própria lógica do desenvolvimento económico e promovendo a alteração dos paradigmas passadistas do funcionamento da economia.

Esta é que será a verdadeira solução e compreendê-lo, para de seguida ter coragem de a promover, foi o verdadeiro êxito da Presidência portuguesa.

Sucedeu que também, neste momento, o mundo económico está em mudança; a pressão colocada pelo êxito da economia americana que cresce há 109 meses consecutivos (um recorde absoluto) e a emergência da chamada «*nova economia*» (assente na sociedade de informação e do conhecimento) facilitou a aposta portuguesa.

Facilitou essa aposta, mas simultaneamente, subiu a fasquia da responsabilização.

O entusiasmo que o documento português preparado para a Cimeira gerou na União e em particular na

Comissão Europeia é também, obviamente, o resultado dessa circunstância.

É aliás consolador verificar que a Comissão Europeia aceitou integrar o *conceito de pleno emprego* como um objectivo essencial para o crescimento e desenvolvimento económico e social da Europa, o que é impensável à luz das atitudes mais recentes e conservadoras das instituições comunitárias neste plano. Ultrapassar o tabu da subsidiariedade em matéria de políticas de emprego, ainda que mitigadamente com a «*invenção*» do princípio da «*coordenação aberta*» é também um elemento de grande esperança e progresso.

Definir um *novo método*, uma nova estratégia e um novo desígnio para a Europa, assente no crescimento do emprego, na inclusão social e na sociedade de informação e conhecimento é o grande objectivo da Cimeira Extraordinária de Lisboa.

Ter sido capaz de organizar esta Cimeira (e a sua agenda) e de vencer algum ceticismo inicial, abrindo as portas a um razoável sucesso é um grande êxito do governo português.



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

«Se pensasse que esta solução (holding) punha em causa o serviço público, já não estaria neste lugar»

Arons de Carvalho

Visão, 16 de Março

«Não há nenhuma decisão no sentido de autonomizar o canal 1 para o tornar num canal comercial como os outros»

Idem, ibidem

«Vale e Azevedo contactou-me para ser intermediário nas negociações entre o Benfica, a RTP e a Olivedesportos. Limitei-me apenas a informar a direcção da RTP. Isto mostra que o dr. Vale e Azevedo diz uma coisa em público e depois toma outras atitudes em privado»

Idem

Record, 16 de Março

«Sou frontalmente contra a adesão do MPLA à Internacional Socialista»

Mário Soares

Expresso, 18 de Março

«O modelo (dominante de sociedade e de economia, americanizado e globalizado) torna os indivíduos predadores, destrói os laços comunitários, as relações sociais e os mecanismos de solidariedade, fomenta o individualismo feroz e a alienação consumista»

Fernando Pereira Marques

Expresso, 18 de Março

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz